



FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

Catlogação de livros digitais no RDA Oficial pelo MARC 21

Brasília

2025

João Lucas Mendes Bezerra

Catálogo de livros digitais no RDA Oficial pelo MARC 21

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto Arakaki

Brasília

2025

B574 Bezerra, João Lucas Mendes.
Catalogação de livros digitais no RDA Oficial pelo MARC 21 / João
Lucas Mendes Bezerra; orientador Felipe Augusto Arakaki. -- Brasília, 2025.

97 folhas: il. color.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade
de Brasília, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto Arakaki

1. *Resource Description and Access* (RDA). 2. *MARC 21*. 3. Livros
digitais. 4. Catalogação. 5. Biblioteca Digital. I. Arakaki, Felipe Augusto, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Catalogação de livros digitais no RDA Oficial pelo MARC 21

Autor(a): João Lucas Mendes Bezerra

Monografia apresentada em **18 de fevereiro de 2025** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dr. Felipe Augusto Arakaki

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Ana Carolina Simionato Arakaki

Membro Externo (SENADO): Me. Osmar Carmo Arouck Ferreira



Documento assinado eletronicamente por **osmar carmo arouck ferreira**, **Usuário Externo**, em 20/03/2025, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Simionato Arakaki**, **Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 24/03/2025, às 07:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Augusto Arakaki**, **Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 24/03/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?

`acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0`, informando o código verificador **12541146** e o código CRC **B4E22E08**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e irmãos por estarem sempre ao meu lado em todos os momentos em que precisei.

Sou imensamente grato a cada membro da minha família pelo apoio incondicional em cada passo da minha trajetória, seja com motivação, foco ou qualquer outra forma de suporte.

Meu sincero agradecimento ao meu amigo Vítor Fernandes, que esteve comigo ao longo de todo o curso, sempre me auxiliando nos momentos de esquecimento.

E, por fim, expresso minha gratidão ao professor Felipe Arakaki por aceitar ser meu orientador e por sua paciência, dedicação e valiosa orientação ao longo deste trabalho, sendo um excelente guia acadêmico.

Agradeço a Deus por me permitir estar aqui.

RESUMO

Investiga a catalogação de livros digitais utilizando o padrão *Resource Description and Access* (RDA) e o formato MARC 21, com o objetivo de melhorar a precisão e a consistência das descrições bibliográficas em acervos digitais. A pesquisa discute a complexidade de catalogar diferentes tipos de formatos digitais, como PDF e ePub, e identifica os principais campos do MARC 21 que devem ser utilizados para registrar informações como formato de arquivo e requisitos técnicos. O estudo destaca a flexibilidade do RDA, essencial para a descrição de materiais digitais, e apresenta um manual prático com tabelas explicativas sobre a aplicação desses padrões. Como resultado, o trabalho visa facilitar a implementação do RDA pelos catalogadores, promovendo a uniformidade e coerência nas práticas de catalogação digital, ao mesmo tempo em que atende às especificidades de diferentes tipos de livros digitais.

Palavras-chave: *Resource Description and Access* (RDA). MARC 21. Livros digitais. Catalogação. Bibliotecas Digitais.

ABSTRACT

This paper explores the cataloging of digital books using the Resource Description and Access (RDA) standard and the MARC 21 format, with the aim of improving the accuracy and consistency of bibliographic descriptions in digital collections. The research addresses the complexity of cataloging different digital formats, such as PDF and ePub, and identifies the key MARC 21 fields necessary for recording information like file format and technical requirements. The study emphasizes the flexibility of RDA, which is essential for describing digital materials, and presents a practical guide with explanatory tables on how to apply these standards. As a result, the paper seeks to facilitate the implementation of RDA by catalogers, promoting uniformity and coherence in digital cataloging practices, while addressing the specific needs of various types of digital books.

Keywords: *Resource Description and Access* (RDA). MARC 21. E-books. Cataloging. Digital Libraries.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classes RDA.....	23
Tabela 2 - Manual de classificação RDA em MARC 21	34
Tabela 3 - Harry Potter e a Pedra Filosofal	73
Tabela 4 - Novo Testamento - Bíblia	76
Tabela 5 - Constituição da República Federativa do Brasil	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RDA	<i>Resource Description and Access</i>
MARC21	<i>Machine-Readable Cataloging 21</i>
LOC	<i>Library of Congress</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
LOC	<i>Library of Congress</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO: Catalogação de livros digitais	15
2.1 RDA Oficial: Histórico e estrutura	17
2.2 MARC 21: histórico e estrutura.....	25
3 METODOLOGIA	31
3.1 Abordagem da pesquisa	31
3.2 Coleta de dados	31
3.3 Procedimentos de análise	32
3.4 Instrumentos norteadores	32
4 ANÁLISE DE DADOS.....	34
4.1 Exemplos e explicação	72
4.2 Resultados.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

À medida que o avanço tecnológico progride, observa-se uma transformação significativa na forma como as informações são acessadas, impactando os métodos convencionais de leitura. Neste contexto, os livros digitais emergem como um meio de leitura cada vez mais prevalente, adaptando-se a uma variedade de plataformas tecnológicas. Atualmente, a leitura de livros digitais é viável através de uma ampla gama de dispositivos, incluindo computadores, celulares, tablets e dispositivos especializados como o Kindle, projetados especificamente para esse propósito. Esta evolução no cenário da leitura implica desafios singulares para bibliotecas e profissionais de catalogação. Os bibliotecários enfrentam a tarefa de se adaptar a este avanço tecnológico, empregando conhecimento e ferramentas existentes para catalogar materiais que frequentemente exibem características dinâmicas e não padronizadas. Em resposta a esta tendência, bibliotecas ao redor do mundo têm adaptado seus acervos, disponibilizando seleções online. A catalogação de livros digitais, um processo já em andamento, apresenta vantagens e desvantagens tanto para as bibliotecas quanto para os catalogadores, em termos de gestão e acessibilidade.

Considerando a diversidade de formatos de livros digitais, diferentes autores apresentam variadas tipologias, como exemplificado pela professora Liliana Giusti Serra em sua palestra sobre Livros Digitais e Bibliotecas. No que tange à catalogação desses materiais, o *Resource Description and Access* (RDA) é reconhecido como um padrão moderno e avançado, adequado ao ambiente digital. A adoção do RDA reflete um esforço contínuo para atualizar as práticas de catalogação, alinhando-as com as demandas emergentes do ambiente digital e assegurando que as bibliotecas mantenham a capacidade de oferecer recursos valiosos e pertinentes em um contexto cada vez mais digitalizado.

1.1 PROBLEMA

O AACR2 não possui capítulo específico para catalogação de livros digitais, exigindo que o catalogador faça a junção dos capítulos 2 e 9, o que pode gerar dúvidas em quais regras seguir para catalogar esse tipo de material. Em contrapartida, o RDA oferece uma nova estrutura para catalogação de objetos, e apresenta orientações para descrição independente do suporte ou tipo de material. Dessa forma, o problema de pesquisa consiste em explorar metodologias para a catalogação de livros digitais utilizando a estrutura do RDA. O objetivo é aprimorar o processo de catalogação e avaliar os impactos resultantes dessa abordagem na eficiência e precisão da catalogação em ambientes bibliotecários.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Tendo como foco deste estudo o RDA oficial, este estudo busca explorar como o MARC 21 e o RDA podem se alinhar para melhor catalogar livros digitais, analisando os campos e como preenchê-los de acordo com as instruções do RDA.

O objetivo é investigar como os campos MARC 21 são aplicáveis à catalogação de livros digitais em suas diversas formas, preenchendo-os conforme a norma do RDA oficial. Considerando as várias possibilidades de preenchimento, o estudo abrange uma ampla gama de tipos de formatos de livros, incluindo séries de livros, livros religiosos e livros antigos.

Este trabalho visa auxiliar na catalogação, promovendo uma melhor recuperação e busca dos livros. A análise detalhada dos campos MARC21 e sua integração com o RDA permitirá uma descrição mais precisa e padronizada dos livros digitais, facilitando a interoperabilidade entre sistemas de bibliotecas e melhorando a eficiência na gestão de acervos digitais.

1.2.2 Objetivos específicos

- A. Explorar e escolher os melhores campos MARC21 para a catalogação de livros digitais é uma tarefa essencial para garantir a precisão e a utilidade das descrições bibliográficas. Apresento uma análise detalhada dos principais campos MARC21, com foco específico em livros digitais, acompanhada de uma justificativa.
- B. Explorar e compreender a RDA oficial a partir do estudo aprofundado de sua estrutura, princípios e elementos fundamentais. Com ênfase nas descrições nos diversos campos, investigar como a RDA contribui para uma descrição mais precisa e eficiente, facilitando a organização e recuperação da informação e como seus elementos podem contribuir para a catalogação de objetos digitais.

1.3 JUSTIFICATIVA

A catalogação de livros digitais é um tema cada vez mais relevante na biblioteconomia, impulsionado pelo avanço tecnológico e pelo crescimento dos acervos digitais em diferentes contextos. Este estudo busca justificar a importância de discutir o assunto, com ênfase na aplicação do padrão *Resource Description and Access* (RDA) e do formato MARC 21, que desempenham papéis fundamentais na organização e descrição padronizada de materiais digitais.

Pesquisas como a de Oliver (2021) apontam o RDA como um avanço significativo em relação às Regras de Catalogação Anglo-Americanas (AACR2), destacando sua capacidade de lidar com recursos digitais e de se integrar a tecnologias como dados vinculados. Segundo a autora, o RDA moderniza os processos de catalogação ao torná-los mais consistentes e flexíveis, atendendo a diferentes formatos. De forma complementar, Arakaki (2023) discute como o RDA, aplicado no contexto do *Linked Data* e alinhado ao *IFLA Library Reference Model* (LRM), favorece a interoperabilidade entre sistemas e potencializa a recuperação de informações ao incorporar vocabulários controlados.

O formato MARC 21, amplamente utilizado em bibliotecas ao redor do mundo, também é essencial na catalogação de livros digitais, especialmente quando integrado às diretrizes do RDA. Conforme Arakaki (2023), há uma demanda crescente por atualizações no MARC 21 que considerem as particularidades do ambiente digital, como a descrição de formatos de arquivo e aspectos técnicos. No entanto, a aplicação prática dessas atualizações no Brasil ainda é limitada, reforçando a necessidade de explorar o tema.

Serra (2018) contribui para o debate ao classificar os livros digitais em estáticos, dinâmicos e estendidos, destacando as especificidades de cada tipo e suas implicações para a catalogação. Essa categorização auxilia na definição dos campos mais adequados do MARC 21 para descrever os atributos de cada formato. Já Miranda e Lourenço (2024) abordam os desafios da implementação do RDA no Brasil, enfatizando a importância de capacitação profissional e de investimentos tecnológicos para otimizar a catalogação digital.

A relevância social deste estudo está associada à necessidade de ampliar o acesso ao conhecimento e democratizar a informação por meio de práticas de catalogação mais eficientes. As bibliotecas, ao desempenharem um papel central na organização e disseminação de recursos digitais, dependem de padrões modernos como o RDA e o MARC 21 para garantir uma recuperação de informações mais precisa e inclusiva. Com o aumento da popularidade dos livros digitais, tanto no âmbito acadêmico quanto no lazer, a padronização na catalogação torna-se essencial para assegurar acessibilidade, inclusão digital e preservação de conteúdo.

Dessa forma, este trabalho dialoga com estudos consolidados sobre o RDA e o MARC 21, propondo adaptar essas práticas às necessidades específicas dos livros digitais. O objetivo é analisar detalhadamente os campos e normas aplicáveis, criando diretrizes práticas que ajudem bibliotecas e profissionais na gestão eficiente e padronizada de seus acervos digitais.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Seção 1: Introdução

Esta seção apresenta uma visão geral sobre o tema da catalogação de livros digitais, destacando a relevância e os desafios associados à aplicação dos padrões RDA e MARC 21 em ambientes digitais. Discute-se o contexto atual da leitura digital e a necessidade de adaptação dos processos de catalogação para atender às demandas emergentes das bibliotecas digitais.

Seção 2: Referencial Teórico

O referencial teórico é dividido em duas partes principais: uma discussão aprofundada sobre o padrão RDA, incluindo seu histórico, desenvolvimento e aplicação prática, e uma análise do formato MARC 21, com foco em sua estrutura, conceitos fundamentais e relevância para a catalogação de livros digitais. Também se explora a intersecção entre RDA e MARC 21 na catalogação digital, destacando as melhores práticas e estudos de caso relevantes.

Seção 3: Metodologia

Esta seção detalha os métodos e procedimentos utilizados para conduzir a pesquisa. Inclui uma descrição da abordagem metodológica adotada, os processos de coleta de dados e os procedimentos de análise de dados. Também são apresentados os instrumentos norteadores que sustentaram a pesquisa, como o uso do RDA Toolkit e dos manuais oficiais de catalogação disponibilizados pela LOC.

Seção 4: Análise e resultados

Nesta seção, apresentamos a análise dos dados coletados e os resultados obtidos no estudo sobre a catalogação de livros digitais utilizando os padrões RDA e MARC 21. A análise foca em como esses padrões são aplicados para melhorar a precisão e a consistência das descrições bibliográficas de livros digitais, considerando as especificidades desse tipo de material.

Seção 5: Considerações

A seção final sintetiza as principais descobertas e contribuições da pesquisa, destacando a importância de uma abordagem flexível e adaptável para a catalogação de livros digitais utilizando o RDA e MARC 21. Reflete-se sobre as limitações encontradas durante a pesquisa e as possibilidades de estudos futuros para aprimorar as práticas de catalogação em ambientes digitais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: Catalogação de livros digitais

Com a ausência de uma definição precisa e consolidada para o termo "livro digital", bem como para as diferenças associadas a esse formato, uma vez que se trata de um conceito relativamente recente e em constante atualização, este artigo adotará a nomenclatura "livro digital" sempre que as fontes utilizadas mencionarem o termo "ebook".

Conforme discutido por Serra e Santarém (2017) em seu artigo “Modelos de negócios, bibliotecas e livros digitais”, o livro digital é definido como uma composição textual em formato eletrônico, acessível por meio de dispositivos como computadores, leituras digitais e celulares avançados. Este formato permite a inclusão de elementos multimídia e interativos, tais como hiperlinks, imagens e vídeos, enriquecendo substancialmente a experiência tradicional de leitura. Além disso, os livros digitais oferecem vantagens como portabilidade, facilidade de acesso e a capacidade de serem continuamente atualizados. De fato, conforme apontado por Righini de Souza (2022), a revolução digital no mercado de livros transformou as práticas de leitura, especialmente entre os mais jovens, que preferem os formatos digitais, reforçando o potencial dos livros digitais como alternativa aos livros impressos, particularmente devido à sua conveniência e acessibilidade (SERRA & SANTARÉM, 2017; SOUZA, 2022).

No contexto dos livros digitais, Serra em 2018 quando fez uma palestra identifica três modelos principais:

Livros Digitais Estáticos: Estes são essencialmente versões digitais de livros impressos, sem recursos interativos ou multimídia. Eles replicam o conteúdo do livro impresso em formato digital, como PDFs ou ePubs padrão. A principal vantagem deste formato é a familiaridade com o formato tradicional, enquanto a desvantagem reside na ausência de interatividade.

Livros Digitais Dinâmicos: Este modelo oferece interatividade e elementos multimídia, como vídeos, animações e links. São projetados para serem mais envolventes e podem se adaptar ao comportamento do leitor.

Livros Digitais Estendidos: Este formato incorpora recursos além do texto e imagens tradicionais, como realidade aumentada, material suplementar interativo ou acesso a recursos online que ampliam o conteúdo do livro. A vantagem é a imersão e a expansão do conteúdo, enquanto a desvantagem pode ser o custo de produção e a necessidade de tecnologias específicas para acesso. Serra cita que esse tipo de livro pode ser de fato uma mudança no conceito de livro, pois é na prática um aplicativo juntando conteúdo textual com conteúdo

multimídia. Conforme mencionado por Righini de Souza (2022), os livros digitais com elementos multimídia e interativos estão se tornando cada vez mais populares entre os jovens, que buscam experiências mais imersivas.

Cada formato apresenta vantagens e desvantagens tanto na utilização quanto no uso comercial. Os livros digitais estáticos são mais simples e acessíveis, mas menos interativos. Os livros digitais dinâmicos proporcionam uma experiência de leitura mais rica, mas podem exigir mais recursos tecnológicos. Já os livros digitais estendidos oferecem uma imersão completa, mas podem ser mais caros e complexos de produzir.

Coutinho (2015) traz alguns dos principais formatos para livros digitais, descrevendo seu funcionamento e as suas vantagens e desvantagens, assim como formas de uso:

Formato MOBI: Desenvolvido originalmente para o *MobiPocket* e suportado pelo Kindle da Amazon, o formato MOBI é ideal para dispositivos móveis, especialmente para telas pequenas, devido à limitação no tamanho das imagens. Ele permite a inserção de anotações e possui um dicionário integrado, mas seu uso em dispositivos maiores, como tablets, é limitado pela qualidade de imagem e formatação (COUTINHO, 2015). O formato MOBI pode ser classificado como livro digital estático. Embora permita anotações e suporte a dicionários integrados, ele não oferece a mesma flexibilidade interativa e multimídia que os formatos dinâmicos ou estendidos.

Formato ePUB: É o formato padrão para publicações eletrônicas, amplamente utilizado por ser compatível com diversos dispositivos, exceto o Kindle. O ePUB se destaca pela sua flexibilidade em ajustar o layout para diferentes tamanhos de tela, além de suportar multimídia e interatividade. Com o ePUB 3.0, essa interatividade é ampliada, permitindo a inclusão de áudio, vídeo e animações, tornando-o ideal para publicações mais complexas, como revistas e materiais educacionais (COUTINHO, 2015; CHIENYUAN CHANG, 2013). O ePub pode se encaixar como um formato de livro digital dinâmico, pois ele oferece flexibilidade ao adaptar o layout a diferentes dispositivos e permite a inclusão de elementos interativos, como multimídia, hiperlinks e outras funcionalidades que melhoram a experiência de leitura. o ePUB 3.0 é um exemplo de formato que se enquadra no conceito de livro digital estendido. Ele oferece uma experiência de leitura enriquecida por permitir a inclusão de áudio, vídeo, animações e outros elementos multimídia.

Formato PDF: Popular desde a década de 1990, o formato PDF preserva o layout original de documentos, o que o torna ideal para publicações que exigem fidelidade ao design,

como textos com gráficos, imagens ou tabelas. Embora tenha sido crucial no início da era digital, sua principal desvantagem é a falta de adaptação a dispositivos móveis, tornando a leitura menos prática em telas pequenas (COUTINHO, 2015). O PDF seria classificado como um livro digital estático, pois ele preserva o layout original do documento e não se adapta automaticamente ao tamanho da tela. Ele é ideal para manter a formatação exata de gráficos, imagens e tabelas, mas não oferece interatividade e personalização do conteúdo.

Como dito anteriormente por Serra (2018), o livro digital estendido é visto como um aplicativo, outro formato que foi encontrado para suportar o livro digital estendido, iBooks Author (atualmente conhecido como Apple Books) permite a criação de livros interativos com elementos multimídia como vídeos, imagens em 3D, animações, e recursos de realidade aumentada. Ele é ideal para publicações que buscam integrar múltiplos tipos de mídia em uma experiência de leitura imersiva, especialmente em contextos educacionais e criativos.

2.1 RDA OFICIAL: HISTÓRICO E ESTRUTURA

O RDA foi inicialmente concebido como a terceira edição das Regras de Catalogação Anglo-Americanas (AACR3). Desenvolvido pelo Comitê Conjunto de Revisão das AACR (JSC), o padrão foi estruturado para alinhar-se melhor aos esforços internacionais de acesso a recursos no contexto digital. Baseado em diversos princípios e padrões internacionais de catalogação, com destaque para os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), o RDA teve como objetivo aumentar a compatibilidade com outros padrões de metadados e incorporar o conceito de controle de autoridade (KINCY, 2014).

Durante as décadas de 1980 e 1990, o avanço das tecnologias eletrônicas, o surgimento de novos tipos de materiais, como os recursos digitais, e a necessidade de reduzir custos na catalogação impulsionaram revisões nos padrões vigentes. Estudos realizados por pesquisadores como Barbara Tillett e discussões promovidas na *International Conference on the Principles and Future Development of AACR* (realizada em Toronto, 1997) evidenciaram a necessidade de uma reformulação significativa das regras de catalogação, o que levou ao desenvolvimento do RDA (MEY et al., 2014).

O plano estratégico do JSC visava criar diretrizes mais abrangentes, capazes de abranger todos os tipos de recursos e de acompanhar o surgimento de novos formatos ao longo do tempo. Em 2005, após receber contribuições de diversas partes interessadas, o JSC tomou a decisão de desenvolver um novo padrão, mais adequado às demandas do ambiente digital contemporâneo,

rebatizando-o como RDA. Esse padrão revisado foi lançado em 2010 como parte de uma plataforma online conhecida como RDA Toolkit (KINCY, 2014).

Segundo Oliver (2021), o RDA representou uma mudança estrutural significativa, sendo projetado principalmente para operar em ambientes digitais, com o RDA Toolkit como seu principal meio de acesso. Em contraste, o AACR3 foi concebido como um produto físico, mantendo uma estrutura semelhante à do AACR2. Com o desenvolvimento do RDA, o JSC reorganizou o formato, abandonando a divisão tradicional em três partes e estruturando-o em capítulos fundamentados nos princípios do FRBR e do FRAD. Essa reorganização facilitou sua utilização em ambientes digitais e na integração com dados vinculados (OLIVER, 2021).

Embora o RDA tenha sido desenvolvido para se alinhar aos modelos da família FRBR, ele não atingiu completamente esse objetivo, conforme apontam algumas críticas. Pesquisas indicam que o padrão ainda conserva elementos descritivos tradicionais e não explora integralmente o potencial dos modelos relacionais propostos pelos FRBR. Além disso, questões como custos de licenciamento e desafios relacionados à tradução têm dificultado sua implementação plena em países como o Brasil (MEY et al., 2014).

A adoção do RDA trouxe tanto oportunidades quanto desafios para as bibliotecas. Lourenço (2021) ressalta a importância do treinamento contínuo e das adaptações tecnológicas, destacando que uma transição bem-sucedida exige investimentos na capacitação das equipes e na modernização dos sistemas de gestão. O RDA oferece maior flexibilidade para descrever novos formatos e suportes digitais, um aspecto que o AACR2 não contemplava de forma abrangente.

Após a reunião de 2005, o JSC reescreveu e reorganizou o padrão, publicando rascunhos entre dezembro de 2005 e novembro de 2008 para revisão. Durante esse período, o comitê reuniu-se semestralmente para discutir as contribuições recebidas e tomar decisões sobre as propostas de revisão. Em junho de 2009, a versão final do padrão foi entregue aos editores do RDA, culminando em seu lançamento oficial em 2010 como parte do RDA Toolkit (KINCY, 2014).

O RDA representa um avanço significativo em relação ao AACR2, sendo projetado para responder de forma mais eficaz às demandas dos usuários finais e para se adaptar com flexibilidade às necessidades de diversas comunidades. Fundamentado nos conceitos dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e para Dados de Autoridade (FRAD), o padrão incorpora muitas das diretrizes do AACR2, permitindo uma convivência

harmoniosa entre registros criados sob ambos os padrões. Ainda assim, o RDA se destaca ao simplificar as diretrizes e adotar uma terminologia mais alinhada com outros padrões de metadados, facilitando sua compreensão por usuários contemporâneos (OLIVER, 2021). Essa reformulação preserva os princípios fundamentais da catalogação, mas expande os objetivos e princípios para atender melhor às exigências do ambiente digital. Com isso, busca-se equilibrar a tradição da catalogação com a ampliação de sua aplicabilidade em diferentes contextos (KINCY, 2014).

O controle de autoridade ocupa uma posição central no RDA, desempenhando um papel essencial na padronização e na recuperação de informações bibliográficas. As atualizações introduzidas pelo projeto 3R fortaleceram a representação de entidades e suas relações, permitindo descrições mais detalhadas. Entidades como pessoas, famílias, agentes coletivos e instituições passaram a ser representadas de forma mais flexível, alinhando-se ao modelo IFLA LRM. Essas melhorias garantem maior consistência nos dados compartilhados entre diferentes instituições (ARAKAKI, 2023; OLIVER, 2021).

Uma das inovações mais marcantes no controle de autoridade foi a integração de vocabulários controlados e tecnologias de *Linked Data*. Essas ferramentas criam conexões mais claras entre entidades e seus atributos, como nomes, datas e locais associados. No contexto do RDA, a adoção de tecnologias como o *Uniform Resource Identifier* (URI) permite acesso unificado a registros de autoridade, eliminando ambiguidades e promovendo maior interoperabilidade entre sistemas de informação (OLIVER, 2021). Além disso, o RDA incentiva a criação de registros de autoridade mais detalhados, incorporando informações como extensões vocais, pseudônimos e colaborações artísticas, ampliando as possibilidades de recuperação de informações. Essa abordagem fortalece o controle de autoridade ao estabelecer relações entre obras, expressões e manifestações, o que aprimora a navegação em catálogos e a experiência dos usuários finais (ARAKAKI, 2023).

A padronização promovida pelo RDA fortalece a sustentabilidade e o reuso de dados bibliográficos e de autoridade. Essa integração facilita a colaboração entre bibliotecas e outras instituições de memória, reduzindo a duplicação de registros e melhorando a qualidade das informações compartilhadas. Além disso, contribui para uma gestão mais eficiente e econômica dos metadados em um ambiente global (ARAKAKI, 2023; OLIVER, 2021). Desde sua concepção, o RDA foi pensado para superar as limitações culturais e estruturais do AACR2, adotando uma abordagem mais internacional. Enquanto o AACR2, apesar de amplamente utilizado em diversos países, apresentava especificidades que restringiam sua aplicação, o RDA

foi desenvolvido para funcionar em diferentes idiomas, sistemas de numeração, calendários e unidades de medida (OLIVER, 2021).

As mudanças na governança do RDA também refletem o esforço de ampliar sua representatividade global. Durante o projeto 3R, foi implementado um modelo que incorporou a participação de mais países e especialistas, promovendo uma abordagem internacional nas decisões. O RDA Toolkit passou a incluir fluxos de tradução, permitindo que comunidades diversas adotassem a norma de forma eficiente (OLIVER, 2021). Um marco importante foi a incorporação da internacionalização como um dos princípios do RDA, o que ampliou a interoperabilidade e o intercâmbio de dados entre bibliotecas e sistemas de informação. Sua estrutura modular permite adaptações para práticas locais e institucionais, acomodando tradições e requisitos específicos (ARAKAKI, 2023).

A versatilidade do RDA é outro ponto de destaque, possibilitando sua aplicação em diferentes contextos, como bibliotecas, arquivos, museus e repositórios digitais. Essa flexibilidade reflete um esforço contínuo de adaptação às demandas culturais e tecnológicas de uma audiência diversa (OLIVER, 2021; ARAKAKI, 2023). Em 2017, o *Library Reference Model* consolidou uma estrutura única como modelo de referência para bibliotecas, promovendo o uso de tecnologias da Web Semântica, como o *Linked Data*. Esse avanço motivou o *Steering Committee* a propor uma nova estrutura para o RDA, resultando no Projeto 3R, que reformulou o site do RDA Toolkit em alinhamento com o Library Reference Model (ARAKAKI, 2023).

Além disso, o RDA incorpora vocabulários controlados, conhecidos como *Vocabulary Encoding Schemes* (VES), que garantem a consistência dos dados bibliográficos e de autoridade. Esses vocabulários incluem listas estruturadas de termos controlados, como códigos ISO, terminologias padrão e listas específicas do RDA Registry, promovendo a uniformidade entre diferentes sistemas de catalogação (Arakaki, 2023; OLIVER, 2021).

A implementação do RDA em bibliotecas envolve mudanças significativas em diversos níveis, incluindo a modernização da infraestrutura técnica, a adaptação dos procedimentos de catalogação e a capacitação das equipes. Embora algumas instituições internacionais tenham começado a adotar o padrão em 2013, a transição tem ocorrido de forma gradual, especialmente em países que enfrentam limitações técnicas e financeiras. No Brasil, o processo ainda está em fase inicial, mas experiências pioneiras demonstram o potencial do RDA para otimizar a

recuperação de informações e aumentar a interoperabilidade entre sistemas bibliográficos (MIRANDA E LOURENÇO, 2024).

Um dos principais desafios para as bibliotecas brasileiras é a modernização da infraestrutura técnica. Muitos sistemas legados continuam a utilizar o padrão MARC, que, apesar de ser amplamente consolidado, apresenta limitações significativas para suportar o modelo baseado em Linked Data adotado pelo RDA. A integração com novos formatos exige investimentos em tecnologias mais avançadas, incluindo plataformas modernas de automação, como o Koha e o Aleph. Essas ferramentas têm sido empregadas em projetos de implementação tanto no Brasil quanto em outros países, visando garantir a compatibilidade com as diretrizes do RDA (SCHREUR, 2018).

Outro aspecto crucial é a capacitação dos profissionais que operam sob as diretrizes do novo padrão. A transição do AACR2 para o RDA demanda um entendimento profundo de suas estruturas e conceitos, exigindo esforços significativos em formação e treinamento. Estudos indicam que iniciativas como workshops, cursos e materiais de apoio têm desempenhado um papel essencial para preparar as equipes e reduzir os impactos dessa transformação. No Brasil, a ausência de materiais traduzidos para o português ainda representa um obstáculo importante, mas iniciativas locais, como treinamentos realizados em eventos acadêmicos, têm se mostrado passos relevantes para superar essa barreira (MORRIS E WIGGINS, 2016; SELBACH, 2021).

A experiência internacional evidencia que a colaboração entre bibliotecas é um fator essencial para superar os desafios na implementação do RDA. Redes cooperativas, como o *Program for Cooperative Cataloging* (PCC) nos Estados Unidos, têm demonstrado como parcerias podem facilitar a troca de boas práticas, o compartilhamento de recursos e a construção de diretrizes conjuntas. Na América Latina, iniciativas de colaboração regional também têm desempenhado um papel relevante no avanço do RDA, como demonstram experiências realizadas no México e no Chile (MIRANDA E LOURENÇO, 2024).

No Brasil, a implementação do RDA tem sido liderada de forma pioneira por algumas bibliotecas, como as da Universidade de Caxias do Sul e da PUCRS. Essas instituições relataram benefícios importantes, incluindo melhorias na padronização e na recuperação de dados. Entretanto, desafios como a necessidade de alinhar as políticas institucionais ao novo padrão e a constante capacitação das equipes ainda representam obstáculos significativos. A experiência dessas bibliotecas oferece um exemplo valioso para outras instituições que planejam adotar o RDA (SELBACH, 2021).

Um dos principais desafios identificados é a resistência à mudança por parte de alguns profissionais de catalogação. Embora esse fator seja menos destacado em estudos brasileiros, ele é frequentemente associado à dificuldade de abandonar práticas consolidadas com o AACR2 e à falta de compreensão sobre as vantagens do novo padrão. Por outro lado, a literatura internacional enfatiza que o sucesso na implementação do RDA está diretamente relacionado a abordagens educacionais contínuas, capazes de engajar os profissionais e demonstrar como o padrão pode beneficiar a gestão de informações e otimizar os serviços (LUNA, 2022).

A adoção do RDA pelas bibliotecas brasileiras não deve ser encarada apenas como uma atualização técnica, mas como uma oportunidade de transformação estratégica na gestão da informação. Ao alinhar-se aos padrões internacionais e incorporar tecnologias emergentes, as bibliotecas podem aprimorar seus serviços, aumentar a interoperabilidade e promover o acesso à informação de maneira mais eficiente. Assim, superar barreiras, investir em capacitação e fortalecer a cooperação entre instituições são ações fundamentais para consolidar o RDA no cenário brasileiro (MIRANDA E LOURENÇO, 2024).

A utilização de tecnologias de Linked Data amplia significativamente a interoperabilidade entre sistemas informacionais, conectando metadados de maneira estruturada e acessível. Recursos como o *Uniform Resource Identifier* (URI) e o *Resource Description Framework* (RDF) permitem o reuso de dados em diferentes contextos, melhorando a recuperação de informações e promovendo uma maior integração entre catálogos e bases de dados (OLIVER, 2021).

Essa abordagem também apoia a transição para padrões como o BIBFRAME, que surge como substituto do tradicional MARC21. A integração com a Web Semântica possibilita a conexão entre dados e facilita seu reuso por diversas instituições, fortalecendo as práticas bibliográficas e modernizando os sistemas de catalogação (ARAKAKI, 2023; OLIVER, 2021). Ao combinar vocabulários controlados com Linked Data, o RDA promove a sustentabilidade e a acessibilidade dos metadados no ambiente digital. Essa combinação assegura um fluxo de informações mais eficiente e uma melhor troca de dados entre comunidades globais, consolidando o RDA como uma ferramenta indispensável para a evolução da catalogação (ARAKAKI, 2023; OLIVER, 2021).

Entre os objetivos do RDA está a otimização de custos, garantindo que os dados sejam capazes de atender de forma eficiente às necessidades dos usuários, conforme descrito por Kincy (2014). A eliminação de convenções do AACR2, como as regras de abreviação,

simplifica o processo de catalogação sem comprometer a qualidade dos registros. Além disso, por ser flexível em relação aos formatos e sistemas utilizados para armazenar e divulgar dados, o RDA assegura eficácia no acesso e manuseio das informações. Suas diretrizes evitam a omissão de dados com base em práticas antigas de economia de espaço e adotam uma terminologia acessível, registrando atributos e relações que facilitam a identificação de recursos em diferentes contextos, como o MARC e outros sistemas (KINCY, 2014).

O RDA também moderniza bibliotecas, museus e arquivos, promovendo uma maior interoperabilidade entre sistemas de informação. Segundo Oliver (2021), a adoção de um padrão fundamentado nos princípios dos FRBR e FRAD fortalece a cooperação entre bibliotecas e outras instituições culturais. Essa interoperabilidade permite descrever recursos informacionais em diferentes plataformas, alinhando-se às práticas de dados vinculados e promovendo o intercâmbio de informações entre sistemas bibliográficos e instituições culturais.

Projetado como um padrão internacional de catalogação, o RDA oferece uma estrutura abrangente para a descrição e o acesso a recursos informacionais em ambientes digitais e tradicionais (OLIVER, 2023; RDA TOOLKIT, 2022). Baseado nas Regras de Catalogação Anglo-Americanas e no modelo conceitual dos FRBR, o RDA promove uma abordagem centrada nas entidades, possibilitando maior detalhamento das relações entre recursos bibliográficos e maior interoperabilidade entre sistemas. Embora inicialmente desenvolvido para atender às necessidades de bibliotecas, o RDA também busca alinhar-se a padrões utilizados por arquivos e museus, ampliando seu alcance e aplicabilidade (OLIVER, 2021).

Tabela 1 - Classes RDA

Elementos	Descrição
<i>rda:RDA Entity</i> (Entidade RDA)	É uma classe abstrata de objetos conceituais chave no universo do discurso humano, que são de interesse para os usuários dos metadados RDA em um sistema de descoberta de recursos. As entidades RDA incluem agentes, corpos coletivos, entidades corporativas, expressões, famílias, itens, manifestações, <i>nomens</i> , pessoas, lugares, períodos de tempo e obras.
<i>rda:Expression</i> (Expressão)	Entidade que é definida pela realização específica de uma obra, que pode ser manifestada de várias formas. Por exemplo, uma obra literária pode ter várias expressões, como traduções, edições revisadas ou versões adaptadas. Cada uma representa uma variação específica do conteúdo intelectual ou artístico de uma obra.
<i>rda:Agent</i> (Agente)	Entidade capaz de realizar ações deliberadas, ser responsabilizada por elas, e inclui pessoas, famílias e corporações.

<i>rda:Work</i> (Trabalho)	Uma criação intelectual ou artística distinta, ou seja, o conteúdo intelectual ou artístico.
<i>rda:derivative work relationship</i> (relação de obra derivada)	Refere-se à relação entre uma obra derivada e a obra original da qual ela foi adaptada ou modificada. Esse tipo de relação descreve como uma nova obra foi criada a partir de uma existente, seja por meio de adaptação, tradução etc.
<i>rda:statement of responsibility</i> (declaração de responsabilidade)	Refere-se a uma declaração que identifica ou descreve a função de qualquer pessoa, família ou corpo corporativo responsável pela criação, ou que contribuiu para a realização, do conteúdo intelectual ou artístico de um recurso.
<i>rda:source consulted</i> (fonte consultada)	Refere-se a uma fonte consultada durante a determinação de um nome, título ou outro atributo identificador de uma entidade, ou durante a determinação da relação entre entidades. É utilizado para citar a(s) fonte(s) de onde as informações foram obtidas, seguindo de uma breve declaração sobre a informação encontrada.
<i>rda:related collective agent of agent</i> (agente coletivo relacionado do agente)	Relaciona um agente coletivo a outro agente associado. Usado para descrever a associação entre agentes coletivos e outras entidades ou agentes.
<i>rda:related work of agent</i> (obra relacionada ao agente)	Descreve a relação entre uma obra e o agente responsável por ela, especialmente quando há múltiplas versões ou edições atribuídas ao mesmo agente.
<i>rda:related expression of work</i> (expressão relacionada à obra)	Descreve a relação entre uma obra e suas diferentes expressões, como traduções, adaptações, ou edições específicas.
<i>rda:date of production</i> (data de produção)	Representa a data em que uma manifestação foi fisicamente produzida. Refere-se ao momento em que o recurso foi materialmente criado ou fabricado.
<i>rda:location</i> (localização)	Refere-se a um lugar específico ou posição geográfica associada a uma entidade ou evento, usado para indicar onde algo está localizado ou onde ocorre.

Fonte: RDA Toolkit (2024).

A RDA Entity é uma classe abstrata que representa objetos conceituais de interesse no universo dos metadados RDA. Dentro desta classe, temos a Obra (*Work*), a base para outras entidades como a Expressão (*Expression*), Manifestação (*Manifestation*) e Item, que representam desde a criação intelectual até sua concretização física ou digital.

Além disso, o RDA inclui entidades relacionadas a agentes, como Pessoa (*Person*), Família (*Family*), e Entidade Corporativa (*Corporate Body*), abrangendo indivíduos e grupos responsáveis por ações relacionadas às obras e suas manifestações.

2.2 MARC 21: HISTÓRICO E ESTRUTURA

Em 1951, a automação em bibliotecas começou a ser reconhecida como uma possibilidade concreta. A Biblioteca do Condado de King, em Seattle, Washington, foi uma das pioneiras ao implementar com sucesso um catálogo de livros informatizado. Poucos anos depois, em 1953, a Biblioteca Pública do Condado de Los Angeles automatizou as coleções destinadas ao público infantil. Já em 1964, a Universidade Atlântica da Flórida (FAU) desenvolveu um sistema automatizado de biblioteca como parte das atividades inaugurais da instituição naquele ano. Para isso, consultou a Universidade de Illinois, que realizava pesquisas teóricas sobre automação de bibliotecas em Chicago (SEIKEL, 2011).

Nesse contexto, a Universidade de Illinois concluiu que a criação de grandes bases de dados bibliográficos era inviável devido às limitações da memória de acesso aleatório disponível à época. Como alternativa, foi proposto o uso de fitas magnéticas para armazenamento, organizando os registros de maneira linear. Considerando que os elementos textuais desses registros tinham comprimentos variáveis, recomendou-se a adoção de campos variáveis com delimitadores para separá-los. Na prática, contudo, a FAU alterou o design original, optando por campos com comprimentos máximos fixos e acesso ao texto em blocos. Essa abordagem restringiu as capacidades de busca do sistema, que se concentrou na produção de bibliografias, em vez de na recuperação de informações (SEIKEL, 2011).

O desenvolvimento do formato MARC (*Machine-Readable Cataloging*) pela *Library of Congress* (LOC), sob a liderança de Henriette Avram em 1965, representou um marco na automação bibliotecária. O MARC foi projetado para facilitar o intercâmbio de registros bibliográficos entre bibliotecas automatizadas. Após testes bem-sucedidos, o formato começou a ser amplamente adotado em 1968, inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente no Canadá (ELSHAFEE, 2022).

No processo de implementação, a FAU realizou adaptações no projeto inicial da Universidade de Illinois. Substituiu os campos variáveis por campos delimitados com tamanhos máximos fixos. Embora um campo pudesse ultrapassar o espaço alocado, o texto era acessado em blocos, limitando o potencial de pesquisa. Assim, o sistema da FAU foi concebido como um recurso de recuperação de documentos, voltado para a geração de bibliografias e listas (SEIKEL, 2011).

Entre 1965 e 1968, a Library of Congress promoveu conferências que culminaram no *MARC Pilot Project*, com a utilização inicial do formato MARC I. Com base nessa experiência,

o MARC II foi desenvolvido em 1969, tornando-se a base para diversos padrões internacionais, como o CAN/MARC no Canadá e o IBERMARC na Espanha. No Brasil, Alice Príncipe Barbosa propôs o formato CALCO, inspirado no MARC II, mas que, por falta de atualizações, acabou caindo em desuso (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2015).

Posteriormente, em 1999, o MARC 21 foi introduzido como resultado da harmonização entre os formatos USMARC e CAN/MARC, consolidando-se como um sistema robusto e amplamente acessível. Criado para facilitar o intercâmbio de registros bibliográficos em escala global, o MARC 21 expandiu seu suporte para diferentes tipos de registros, como livros, periódicos e gravações sonoras. O uso de caracteres como o MARC-8 e o Unicode ampliou sua compatibilidade com idiomas que utilizam alfabetos não latinos, como o árabe e o hebraico (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2015).

Em paralelo, um dos primeiros sistemas automatizados cooperativos foi implementado em 1963 na Biblioteca da Universidade de Toronto, com o Projeto de Bibliotecas das Novas Universidades de Ontário. Este projeto visava atender às demandas de cinco novas universidades e utilizava um formato de registro automatizado que integrava aquisição, circulação e outros serviços técnicos. Esse formato combinava campos fixos e variáveis, todos pré-definidos, e utilizava delimitadores para separar subcampos, comprovando a viabilidade de uma cooperação mais ampla entre sistemas automatizados (SEIKEL, 2011).

Apesar dos avanços, a persistência da codificação do MARC, baseada na norma ISO 2709 desenvolvida para fitas magnéticas, é frequentemente criticada por não acompanhar as inovações tecnológicas. Como resposta, o MARCXML, introduzido nos anos 2000, buscou modernizar o formato, adaptando-o ao ambiente digital por meio da utilização do XML, o que facilitou sua integração com padrões contemporâneos (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2015).

Além disso, o MARC 21 desempenhou um papel fundamental na automação dos sistemas bibliotecários, permitindo a catalogação e recuperação de dados em larga escala. Apesar das críticas, continua sendo amplamente utilizado, enquanto iniciativas como o BIBFRAME tentam substituí-lo, promovendo maior reutilização de dados em ambientes digitais modernos (ELSHAFEE, 2022).

Um marco adicional foi a introdução, em 1976, do formato MARC para dados de autoridade, permitindo o controle padronizado de pontos de acesso e relações entre registros bibliográficos e de autoridade. Esse formato foi continuamente refinado ao longo das décadas, adaptando-se às novas demandas da catalogação automatizada (SALGADO, 2015).

No cenário internacional, o UNIMARC, criado pela IFLA em 1977, destacou os esforços de harmonização de padrões bibliográficos. Enquanto o MARC 21 atendia prioritariamente aos países da América do Norte, o UNIMARC visava facilitar o intercâmbio de registros entre países com diferentes sistemas bibliográficos, promovendo a interoperabilidade global (MODESTO, 2009).

No Brasil, o formato MARC encontrou espaço por meio do CALCO, derivado do MARC II nos anos 1970. Contudo, a falta de atualizações limitou sua adoção. Posteriormente, o MARC 21 tornou-se amplamente utilizado em sistemas universitários e bibliotecas públicas, graças à sua compatibilidade e flexibilidade (FLAMINO, 2006).

Com o avanço tecnológico no final do século XX, iniciativas como o MARCXML exemplificaram a adaptação dos registros MARC ao ambiente digital. Isso garantiu maior acessibilidade e integração com outras plataformas digitais (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2015).

Finalmente, a adoção do RDA em 2010 trouxe novos desafios e oportunidades ao formato MARC. Apesar de sua flexibilidade para incorporar campos adicionais, o MARC foi criticado por sua estrutura linear, que limita a representação de relacionamentos entre registros. Esse cenário impulsionou o desenvolvimento de alternativas como o BIBFRAME, que integra os conceitos do RDA em um ambiente digital mais dinâmico (SERRA, 2013).

Apesar das críticas e do surgimento de novos padrões, o MARC 21 permanece amplamente utilizado. Sua relevância reflete sua robustez estrutural, enquanto esforços continuam a ser feitos para modernizar ou substituir o formato, atendendo às demandas crescentes do ambiente digital (SALGADO, 2015).

Para ilustrar o funcionamento do formato MARC 21, a LOC disponibiliza um site que explica detalhadamente os formatos, tipos de registros e fornece acesso online às versões completa e concisa do Formato MARC 21 para Dados Bibliográficos. A versão "completa" do formato bibliográfico apresenta descrições detalhadas de cada elemento de dados, incluindo exemplos, convenções de entrada e seções históricas. Já a versão "concisa" oferece descrições resumidas de cada elemento de dados, acompanhadas de exemplos. Ambas as versões, completa e concisa, são claramente identificadas nos cabeçalhos de cada descrição de campo. Todas as informações sobre o formato MARC utilizadas neste texto foram extraídas do site da LOC.

Os cinco formatos de comunicação MARC 21 - Formato MARC 21 para Dados Bibliográficos, Formato MARC 21 para Dados de Autoridade, Formato MARC 21 para Dados

de Holdings, Formato MARC 21 para Dados de Classificação e Formato MARC 21 para Informações Comunitárias - são amplamente utilizados para a representação e troca de acervos bibliográficos, de autoridade, de classificação e de informações comunitárias em formato legível por máquina. Neste trabalho, vamos usar o MARC 21 para dados bibliográficos.

Um registro MARC é composto por três elementos: a estrutura do registro, a designação de conteúdo e o conteúdo dos dados do registro. A estrutura do registro é uma implementação do padrão internacional Formato para Intercâmbio de Informações (ISO 2709) e sua contraparte americana, Intercâmbio de Informações Bibliográficas (ANSI/NISO Z39.2). A designação de conteúdo - os códigos e convenções estabelecidos para identificar e caracterizar os elementos de dados em um registro e para apoiar a manipulação desses dados - é definida por cada um dos formatos MARC. O conteúdo dos elementos de dados que compõem um registro MARC geralmente é definido por padrões externos aos formatos. Exemplos incluem a Descrição Bibliográfica Padrão Internacional (ISBD), Regras de Catalogação Anglo-Americanas, Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso (LCSH) ou outras regras de catalogação, dicionários de sinônimos e cronogramas de classificação usados pela organização que cria o registro. O conteúdo de certos elementos de dados codificados é definido nos formatos MARC (por exemplo, o *Leader*, campo 007, campo 008).

O formato MARC 21 para dados bibliográficos inclui diretrizes para a designação de conteúdo, definindo códigos e convenções (*tags*, indicadores, códigos de subcampo e valores codificados) que identificam os elementos de dados nos registros bibliográficos MARC. Este documento é destinado ao uso do pessoal envolvido na criação e manutenção de registros bibliográficos, bem como daqueles envolvidos no projeto e manutenção de sistemas de comunicação e processamento de registros bibliográficos.

Um registro bibliográfico MARC é composto por três componentes principais: o Líder, o Diretório e os Campos Variáveis.

Líder - Contém elementos de dados que fornecem informações essenciais para o processamento do registro. Esses elementos são números ou valores codificados, identificados pela posição relativa do caractere. O Líder tem um comprimento fixo de 24 caracteres e é o primeiro campo de um registro MARC.

Diretório - Consiste em uma série de entradas que contêm a *tag*, o comprimento e a posição inicial de cada campo variável dentro do registro. Cada entrada tem 12 caracteres de comprimento. As entradas do diretório para campos de controle de variáveis aparecem primeiro,

ordenadas numericamente pela *tag* do campo. As entradas para campos de dados variáveis vêm a seguir, organizadas em ordem crescente de acordo com o primeiro caractere da *tag*. A ordem dos campos de dados variáveis no registro não necessariamente corresponde à ordem das entradas no diretório. *Tags* duplicadas são diferenciadas apenas pela localização dos respectivos campos dentro do registro.

Campos Variáveis - Os dados em um registro bibliográfico MARC são organizados em campos variáveis, cada um identificado por uma *tag* de três caracteres armazenada na entrada do Diretório. Cada campo termina com um caractere terminador de campo. O último campo variável em um registro termina com um terminador de campo e um terminador de registro (ASCII 1D hex). Existem dois tipos de campos variáveis:

Campos de Controle Variáveis - Correspondem aos campos 00X. Esses campos são identificados por uma *tag* de campo no diretório, mas não contêm posições de indicador nem códigos de subcampo. Eles são estruturalmente diferentes dos campos de dados variáveis e podem conter um único dado ou uma série de elementos de dados de comprimento fixo identificados pela posição do caractere.

Campos de Dados Variáveis - São os campos variáveis restantes definidos no formato. Além de serem identificados por uma *tag* de campo no diretório, estes campos contêm duas posições de indicador no início de cada campo e um código de subcampo de dois caracteres antes de cada elemento de dados dentro do campo. Os campos de dados variáveis são agrupados em blocos de acordo com o primeiro caractere da *tag*, que geralmente identifica a função dos dados dentro do registro. O tipo de informação no campo é identificado pelo restante da *tag*.

0XX: Informações de controle, números de identificação e classificação etc.

1XX: Entradas principais

2XX: Títulos e informações relacionadas (título, edição, impressão)

3XX: Descrição física etc.

4XX: Instruções de série

5XX: Notas

6XX: Campos de acesso ao assunto

7XX: Entradas adicionais diferentes de assunto ou série; campos de ligação

8XX: Entradas adicionais em série, participações etc.

9XX: Reservado para implementação local

Em conclusão, o formato MARC 21 tornou-se um marco na automação bibliotecária, permitindo a padronização e o intercâmbio global de registros bibliográficos, ao mesmo tempo que se adaptou a diferentes contextos e demandas tecnológicas.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, são detalhados os métodos e procedimentos empregados para a realização deste estudo, que investiga como as normas RDA e MARC 21 podem ser aplicadas na catalogação de livros digitais. A metodologia adotada foi estruturada com o intuito de garantir a consistência e a uniformidade dos processos ao longo da pesquisa, assegurando um rigor metodológico que permita a replicabilidade dos resultados e a validade das conclusões obtidas.

3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A abordagem de pesquisa deste estudo focou na análise de quais campos do formato MARC21 podem ser utilizados na catalogação de um livro digital. Identificando os campos essenciais para registrar informações específicas de livros digitais, como título, autor, formato de arquivo e requisitos técnicos, estabelecendo uma diferenciação clara em relação às descrições usadas para livros impressos.

Como esses campos podem ser ajustados de acordo com as diretrizes do RDA, que promove uma maior flexibilidade na descrição de recursos digitais.

Ao longo da pesquisa, foram avaliadas as diferentes maneiras de maximizar a utilidade dos campos do MARC 21 para a catalogação de livros digitais, considerando a necessidade de um registro mais detalhado e acessível.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica abrangente. Inicialmente, foram analisados os campos bibliográficos do formato MARC 21, observando-se as práticas de catalogação adotadas por outras bibliotecas. Adicionalmente, com o acesso ao RDA Toolkit e seu novo modelo 3R, foi possível examinar como o preenchimento dos campos deveria ser realizado de acordo com as normas vigentes. Além dessas fontes, a pesquisa incluiu a análise de artigos acadêmicos e publicações pertinentes sobre catalogação, RDA, MARC 21 e livros digitais.

Complementando esses formatos tradicionais, também foram examinados documentos disponibilizados pela LOC, que serviram de guia para a catalogação de livros conforme o RDA, detalhando os processos em diversos formatos. Outro recurso importante na coleta de dados foi a tabela elaborada por Cláudia Coimbra Diniz, bibliotecária do Senado Federal, produzida durante o período do RDA original para uso interno, contendo dados que facilitaram a consulta e análise comparativa.

Durante o processo de pesquisa para exemplos de livros digitais dinâmicos ou estendidos, não foi possível acessar obras desse tipo devido à necessidade de assinaturas em livrarias online que oferecem esses conteúdos. Diante dessa limitação, optei por utilizar exemplos disponíveis na LOC, bem como focar em livros digitais estáticos, que são mais amplamente acessíveis e não exigem assinaturas ou pagamentos adicionais para consulta. Essa abordagem permitiu a análise e a exemplificação dentro do escopo disponível, garantindo a utilização de recursos acessíveis para a elaboração deste estudo.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para a análise deste estudo, iniciamos pela listagem e exame de cada campo MARC 21 relevante para a catalogação de livros digitais, identificando os campos aplicáveis a materiais digitais com base na definição e utilização de um livro digital em uma biblioteca.

Posteriormente, utilizamos uma tabela elaborada para uso interno pela bibliotecária do Senado, Cláudia Coimbra Diniz, que detalhou diversos aspectos da catalogação de materiais segundo a versão original do RDA. Realizamos uma filtragem dos dados contidos nessa tabela e, em seguida, atualizamos a tabela conforme o RDA oficial, utilizando o RDA Toolkit e documentos da LOC como referência para o uso do RDA.

Contudo, enfrentamos dois pequenos contratempos: o RDA Toolkit mostrou-se pouco intuitivo para novos usuários, e os documentos da LOC ainda estavam em processo de atualização, não abrangendo todo o necessário para a catalogação.

Para apoiar o desenvolvimento do trabalho, foi elaborada uma tabela detalhada que apresenta cada campo MARC selecionado, explicando de maneira clara e organizada como o RDA orienta o preenchimento de cada um desses campos. Esse processo resultou na criação de um pequeno manual prático, que oferece instruções passo a passo sobre como proceder com o preenchimento adequado dos campos MARC conforme as diretrizes do RDA, facilitando assim o entendimento e a padronização do trabalho de catalogação.

3.4 INSTRUMENTOS NORTEADORES

Os instrumentos norteadores selecionados para esta pesquisa foram escolhidos com o objetivo de proporcionar uma base sólida e confiável para o desenvolvimento do estudo, analisando os objetos necessários para a definição de um processo robusto.

Inicialmente, utilizamos o site da LOC para acessar os dados do MARC 21 bibliográfico, onde foi possível encontrar todas as informações essenciais para o

desenvolvimento deste estudo. O MARC 21 forneceu uma estrutura detalhada e padronizada que foi fundamental para a catalogação de livros digitais.

Além disso, o RDA Toolkit foi empregado como uma fonte indispensável para a compreensão dos elementos e diretrizes do padrão RDA. Este toolkit ofereceu uma visão abrangente das normas e práticas recomendadas para a catalogação, facilitando a aplicação correta dos princípios do RDA.

Os manuais de uso do RDA oficiais, disponibilizados pela LOC, também desempenharam um papel crucial ao fornecerem uma separação mais acessível e detalhada do processo de catalogação no formato MARC. Esses manuais auxiliaram na interpretação e implementação das diretrizes do RDA, garantindo que o processo de catalogação fosse realizado de maneira precisa e eficiente.

4 ANÁLISE DE DADOS

A partir de um processo analítico abrangente, foi elaborada uma tabela que inclui os campos considerados essenciais, juntamente com seus respectivos subcampos que podem ser utilizados. Além disso, foram fornecidas instruções sobre como esses campos devem ser preenchidos, conforme as necessidades específicas do livro digital a ser catalogado, independentemente do formato em que se apresente.

A tabela a seguir serve como um manual para a catalogação de livros digitais, detalhando os campos MARC necessários. A primeira coluna lista os campos MARC e o assunto. A segunda coluna explica cada campo, sua definição, justificativa para inclusão e referência do RDA. A terceira coluna identifica os subcampos necessários e a explicação de preenchimento.

Tabela 2 - Manual de classificação RDA em MARC 21

CAMPO MARC	EXPLICAÇÃO DO CAMPO – MOTIVO DE USO DO CAMPO / REFERÊNCIA RDA	NORMA RDA / SUBCAMPO
006 – LÍDER	O campo 006 no MARC 21 é usado para adicionar informações codificadas sobre características adicionais de materiais, complementando o campo 008. É útil para itens que combinam diferentes formatos ou têm atributos especiais, como livros e objetos digitais. Tipo de Registro: Necessário para indicar o tipo de material e o formato do conteúdo, permitindo diferenciar registros de livros digitais de outros tipos de materiais, como livros impressos, gravações sonoras, etc. Isso é essencial para a recuperação específica de recursos digitais.	XXXX

008 – REGISTRO	Campo de controle fixo que contém 40 caracteres para codificar informações essenciais sobre um item, como data de publicação, idioma e tipo de conteúdo. Ele é utilizado para todos os tipos de materiais e é crucial para a catalogação e recuperação de registros bibliográficos. Registro: Campo de dados fixos que fornece informações essenciais sobre o livro digital, incluindo data de publicação, local de publicação, idioma, entre outros aspectos. É utilizado para apoiar a catalogação e a recuperação eficiente dos dados.	XXXX
010 – NÚMERO IDENTIFICADOR	O identificador é precedido pelo nome da agência atribuidora, diferenciando-os. No MARC, não há necessidade de preceder o identificador de pessoas com o nome da agência. O mesmo se aplica ao identificador de famílias. Os números de identificação de obras são atribuídos por agências catalogadoras e precedidos por seus nomes. Número Identificador: Permite registrar números de controle únicos, como o número da Biblioteca do Congresso, o que facilita a identificação e o controle bibliográfico do recurso digital em catálogos e bases de dados.	XXXX
020 - ISBN (International Standard Book Number)	Registra o ISBN (International Standard Book Number) de um item, um identificador único para livros e publicações monográficas. O campo inclui subcampos para o ISBN, preço do item e ISBNs cancelados ou inválidos, facilitando a identificação e gerenciamento de livros em bibliotecas e livrarias. ISBN: O ISBN é um identificador internacional padrão para livros,	\$a - ISBN (obrigatório): Contém o ISBN padrão, que pode ser de 10 ou 13 dígitos. \$c- Termos de Disponibilidade e/ou Preço (opcional): Informa o preço do item. Manifestação relacionada: número identificador da manifestação relacionada ISBN: campo 020 Se existe um formato de display pré-definido, registre de acordo com este formato.

	incluindo livros digitais. É fundamental para a identificação única e para facilitar a compra, venda, e catalogação de e-books.	Se existe um ISBN para a parte e outra para o todo, registre aquela relativa ao todo, mas opcionalmente ambas. Se o ISBN estiver errado registre como incorreto ou inválido entre parênteses.
040 - FONTE CATALOGADORA	Utilizado para registrar informações sobre a origem e a linguagem da catalogação de um registro bibliográfico. Ele identifica a instituição ou agência responsável pela criação, modificação, e transcrição do registro, além de especificar a norma de catalogação utilizada. Fonte Catalogadora: Indica a instituição responsável pela catalogação, o que é importante para questões de credibilidade, rastreabilidade e uniformidade dos registros.	\$a - Código MARC da agência de catalogação original (obrigatório): Código da instituição que originalmente criou o registro. \$b - Idioma da catalogação (opcional): Código de idioma utilizado na catalogação (por exemplo, "por" para português). \$c - Código MARC da agência transcritora (obrigatório): Código da instituição que fez a transcrição do registro, se diferente da agência original. \$d - Código MARC da agência modificadora (opcional): Código da instituição que fez modificações no registro. \$e - Código de regras de catalogação (opcional): Indica as regras de catalogação aplicadas, como "rda". Fonte catalogadora no 040 + subcampo \$e rda: para indicar que o registro foi criado usando-se o RDA
041 - CÓDIGO DE IDIOMA	Códigos para idiomas associados a um item quando o código do idioma no campo 008/35-37 do registro é insuficiente para transmitir a informação completa. Inclui registros de itens multilíngues, itens que envolvem tradução e itens cujo meio de comunicação é a língua de sinais. Código do Idioma: Identifica os idiomas do conteúdo do livro digital, facilitando a busca e a recuperação com base na linguagem do recurso, essencial para bibliotecas multilíngues e para usuários que buscam recursos em idiomas específicos.	\$a - Código de idioma do texto/idioma original (obrigatório se aplicável): Código MARC de três letras para o idioma principal do item (por exemplo, "eng" para inglês, "por" para português). \$b - Código de idioma do sumário (opcional): Idiomas em que os sumários estão disponíveis. \$d - Código de idioma da trilha sonora ou legenda (opcional): Usado para filmes e gravações para indicar idiomas de áudio ou legendas. \$e - Código de idioma do libreto (opcional): Para materiais musicais com libretos. \$f - Código de idioma do material acompanhado (opcional): Para

		idiomas de materiais suplementares. \$g - Código de idioma do texto inserido (opcional): Para textos adicionais em idiomas diferentes inseridos no item.
042 - CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO	Um ou mais códigos de autenticação que indicam que o registo, existente numa base de dados nacional, foi revisto de forma específica. Usado para códigos associados a agências de autenticação especificamente designadas. Um ou mais códigos que indicam que o registo existente em uma base de dados nacional passou por um processo de revisão. Os códigos são associados à agências de autenticação especificamente designadas. Código de Autenticação: Usado para indicar a autenticidade e a confiabilidade do registo bibliográfico, assegurando que ele cumpre padrões específicos de catalogação.	\$a - Código de autenticação
080 - CDU	Número retirado do esquema de Classificação Decimal Universal. CDU (Classificação Decimal Universal): Classificação usada para organizar o conhecimento em bibliotecas, facilitando a navegação e a recuperação de recursos digitais com base em assuntos. Caso seja o código usado pelo catalogador.	\$a - Número de classificação (obrigatório): Contém o número CDU atribuído ao item. \$x - Designação do documento (opcional): Usado para fornecer uma designação adicional relacionada ao item, como uma forma de subdivisão. \$2 - Edição da CDU (opcional): Indica a edição da CDU utilizada para atribuir o número de classificação. \$b - Código de qualificador (opcional): Pode ser usado para qualificar o número de classificação.
082 - CDD	O número da classificação é retirado da Classificação Decimal de Dewey, acessada por meio de versões eletrônicas ou impressas.	\$a - Número de Classificação de Dewey (obrigatório): Contém o número CDD atribuído ao item. \$b - Número de Item (opcional): Usado para indicar a

	CDD (Classificação Decimal de Dewey): Outra forma de classificação amplamente utilizada em bibliotecas para facilitar a organização de recursos, inclusive digitais, por assuntos. Caso seja o código usado pelo catalogador.	especificidade do número da CDD para um item específico, como uma versão ou edição. \$m - Número de Padrão Modificado (opcional): Indica uma modificação no padrão usual da CDD. \$q - Edição do Número (opcional): Indica a edição da CDD usada para atribuir o número. \$2 - Edição da CDD (opcional): Código que indica a edição da CDD utilizada.
084 - OUTROS NÚMEROS DE CATALOGAÇÃO	Número de classificação de um regime não abrangido por um dos outros campos numéricos. O campo não deve ser usado para números de classificação atribuídos a partir de uma fonte para a qual um subcampo \$2 fonte de código numérico não seria atribuído. Outros Números de Classificações: Permite a utilização de outros sistemas de classificação que possam ser relevantes para o item, proporcionando maior flexibilidade na organização e recuperação de livros digitais. Escolhido pelo catalogador.	\$a - Número de classificação (obrigatório): Contém o número de classificação atribuído ao item de acordo com o esquema de classificação usado. \$b - Fonte do esquema de classificação (obrigatório): Código ou nome que identifica o esquema de classificação utilizado. \$2 - Edição do esquema de classificação (opcional): Indica a edição do esquema de classificação usado para atribuir o número.
100 - ENTRADA PRINCIPAL - NOME PESSOAL	É utilizado para registrar o ponto de acesso principal para um autor pessoal de uma obra, ou seja, o nome de uma pessoa que é o principal responsável pela criação de um item bibliográfico, como um livro ou artigo. Este campo é utilizado quando uma pessoa física tem responsabilidade predominante pela criação do conteúdo da obra. Entrada Principal - Nome Pessoal: Registra o autor principal, o que é crucial para atribuição de autoria e para buscas orientadas por autor, facilitando a recuperação de todos os recursos digitais associados a um autor específico.	\$a - Nome pessoal (obrigatório): Contém o nome da pessoa responsável pela obra. \$b - Numeral associado ao nome (opcional): Usado para incluir numerais associados ao nome, como "III". \$c - Títulos e outras palavras associadas ao nome (opcional): Títulos acadêmicos ou honoríficos, por exemplo, "Dr." ou "Sir". \$d - Datas associadas ao nome (opcional): Datas de nascimento e/ou morte, como "1945-". \$q - Forma completa do nome (opcional): Quando o nome é dado de forma abreviada no subcampo

		\$a, a forma completa é registrada aqui. \$e - Designação de função (opcional): Função ou cargo do autor, como "autor" ou "editor".
100	<u>MG: Families (loc.gov)</u>	\$a - Nome pessoal (obrigatório): Contém o nome da pessoa responsável pela obra. \$c - Títulos e outras palavras associadas ao nome (opcional): Títulos acadêmicos ou honoríficos, por exemplo, "Dr." ou "Sir". Nome de pessoa; Nome de família: Júnior No RDA oficial, as palavras que indicam relações de família são sempre registradas, independentemente do idioma. No entanto, a maneira como essas relações são registradas pode variar dependendo do idioma: No RDA, "Júnior" é tratado como um sufixo ou um complemento ao nome, não como um sobrenome (ou nome de família). No português, essas palavras fazem parte do nome. No inglês, essas palavras são registradas como um subcampo C Nome preferido é na forma de uso; Agora, a prática LC-PCC permite que os pontos de acesso autorizados de nome de família RDA sejam usados como cabeçalhos de assunto
100	<u>MG: Works (loc.gov)</u>	\$a - Nome pessoal (obrigatório): Contém o nome da pessoa responsável pela obra. \$c - Títulos e outras palavras associadas ao nome (opcional): Títulos acadêmicos ou honoríficos, por exemplo, "Dr." ou "Sir". São 4 autoras -> Regra do três abolida: Entra pelo 1º autor. Menciona-se cada um dos demais ou usa-se Joanne Valerius [e três outros] O catalogador escolhe se

		quer descrever todas as responsabilidades Não foi encontrada nenhuma mudança do RDA original para o oficial
100 700	<u>MG: Fictitious and Real Non-Human Entities (loc.gov)</u>	\$a - Nome pessoal (obrigatório): Contém o nome da pessoa responsável pela obra. \$c - Títulos e outras palavras associadas ao nome (opcional): Títulos acadêmicos ou honoríficos, por exemplo, "Dr." ou "Sir". Nome de pessoa: Pessoas fictícias: entrar pelo autor fictício RDA original permitia que os nomes de personagens fictícios individuais fossem usados como pontos de acesso descritivos quando o personagem era creditado com a criação de uma obra. Para alinhar o RDA mais de perto com o Modelo de Referência da Biblioteca (LRM), o Projeto 3R mudou o status de personagens fictícios e entidades reais não humanas. A publicação de 2020 do Toolkit Oficial do RDA afirmou que a responsabilidade pelas obras só poderia ser atribuída a seres humanos reais ou agentes coletivos. Após a atualização do RDA alinhada ao LRM, personagens fictícios e entidades reais não humanas não podem mais ser creditados com a criação de uma obra em registros bibliográficos. Não é caso de pseudônimos!
100 240	<u>MG: Works (loc.gov)</u>	\$a - Nome pessoal (obrigatório): Contém o nome da pessoa responsável pela obra. Compilações de três ou mais - mas não todas - das obras de um criador/autor que estão em várias formas. Para uma ou mais obras agregadas em uma compilação, você pode registrar no campo 046, subcampo \$o (data única para conteúdo agregado) ou subcampo \$o (data

		de início do conteúdo agregado) e subcampo \$p (data de término do conteúdo agregado). Isso sugere que mesmo se a sequência de obras estiver incompleta, ainda é possível registrar informações relevantes.
100 240	<u>MG: Expressions (loc.gov)</u>	\$a - Nome pessoal (obrigatório): Contém o nome da pessoa responsável pela obra. Traduções e recursos compreendendo uma expressão linguística No RDA, é instruído que o catalogador adicione um ponto de acesso para o idioma original da expressão se um recurso for uma tradução. Isso é semelhante ao que foi feito no AACR2. No entanto, o RDA vai além e fornece orientações mais detalhadas e específicas. Por exemplo, para traduções, apenas o elemento de idioma é necessário. No entanto, se a tradução que está sendo catalogada já tiver um ponto de acesso autorizado (AAP) no NAF que seja mais específico, esse AAP deve ser usado. Além disso, o RDA não especifica que apenas o idioma original da obra seja incluído no título preferido para obras bilíngues. Diferente do AACR2, que frequentemente incluía ambos os idiomas no título uniforme (campo 240), o RDA permite o uso de títulos preferidos que reflitam todos os idiomas da expressão, dependendo do contexto e da clareza necessária para identificar a obra corretamente.
100	<u>MG: Person: Alternate identity of person (loc.gov)</u>	\$a - Nome pessoal (obrigatório): Contém o nome da pessoa responsável pela obra. Nome de pessoa: Pseudônimo Aqui está um resumo do texto: Pseudônimo Único: Um novo NAR (registro de autoridade de nome) é criado para cada novo nome de autor e adicionado à

		estrutura de referência do nome “básico”. Pseudônimo Conjunto: Identidade usada por duas ou mais pessoas colaborando. Usa-se a técnica de ponto de acesso autorizado “básico”. Identidades Múltiplas: Cria-se um novo NAR para cada novo nome de autor e adiciona-se à estrutura de referência do nome “básico”. Pseudônimos Conjuntos Complexos: A técnica do campo 663 pode ser ajustada para situações extraordinárias, mantendo o texto simples e utilizando a codificação MARC para transmitir informações.
100	<u>MG: Expression: Revision of (loc.gov)</u>	\$a - Nome pessoal (obrigatório): Contém o nome da pessoa responsável pela obra. Obra ou Expressão. Ponto de acesso representando uma obra Nome de pessoa: Criador: Adaptador, Comentarista como autor Para tratados, use este elemento para indicar a relação entre um tratado revisado e o tratado que foi revisado. Use também este elemento para indicar a relação entre um tratado final/definitivo e um tratado preliminar/provisório. Registre uma relação envolvendo um tratado revisado, etc., em registros de autoridade nas seguintes situações: No registro de autoridade para o tratado revisado, forneça um campo 5XX para o tratado original, etc. No registro de autoridade para o tratado final/definitivo, etc., forneça um campo 5XX para o tratado preliminar/provisório, etc.
100	<u>Relationships between Agents and WEMI entities (loc.gov)</u>	\$a - Nome pessoal (obrigatório): Contém o nome da pessoa responsável pela obra.

		Nome de pessoa: Criador: Revisor como autor Relacionamento: Criador - Revisor Uma pessoa, família ou entidade corporativa pode ser considerada um criador/autor de uma obra revisada se o conteúdo ou a natureza da obra for alterado substancialmente Obs: Mas a obra revisada será apenas uma expressão da original se o conteúdo não for substancialmente alterado!
100	<u>MG: Transcription-Punctuation (loc.gov)</u>	\$d - Datas associadas ao nome (opcional): Datas de nascimento e/ou morte, como "1945-". Abreviaturas “Muitas abreviaturas latinas do AACR2 foram substituídas pela forma moderna devido ao princípio do uso ou prática comum.”
100 700	<u>Relationships between Agents and WEMI entities (loc.gov)</u>	\$e - Designação de função (opcional): Função ou cargo do autor, como "autor" ou "editor". Nome de pessoa: Criador Subcampo \$e (designador de relação): pode ser repetitivo
100 130	<u>MG: Expressions (loc.gov)</u>	\$h - Meio (opcional): Indica o meio ou suporte físico da obra (por exemplo, "manuscrito", "gravura", "gravação sonora"). Este subcampo é usado para especificar o formato físico ou o meio de apresentação do recurso quando necessário para distinguir o título. \$f - Data da publicação (opcional): Usado para especificar a data de publicação da obra. Este subcampo é utilizado para diferenciar obras com o mesmo título uniforme que foram publicadas em anos diferentes. \$l - Idioma da obra (opcional): Utilizado para especificar o idioma da obra. Este subcampo é importante para distinguir diferentes traduções ou versões de uma mesma obra que existem em vários idiomas.

		\$s - Versão (opcional): Indica a versão, edição ou arranjo específico da obra. Este subcampo é utilizado quando se deseja especificar uma versão particular de uma obra, como uma revisão ou uma edição especial. Obra ou Expressão: Ponto de acesso representando uma obra Às vezes adições são necessárias para diferenciar, nome, obra, pessoa, família, entidade e lugar similares. E podem ser feitas a partir de atributos como data, lugar de origem, característica da obra.
110 ENTRADA PRINCIPAL - ENTIDADE	É utilizado para registrar o ponto de acesso principal de uma entidade corporativa responsável pela criação de uma obra. Entidades corporativas incluem organizações, instituições, corporações, governos, comitês, eventos ou conferências que desempenham um papel de autoria ou criação de um item bibliográfico. Entrada Principal - Entidade: Utilizado quando a obra é atribuída a uma entidade corporativa, como uma organização ou empresa. Isso é importante para obras publicadas por entidades como universidades ou ONGs.	\$a - Nome da entidade corporativa (obrigatório): Contém o nome da entidade corporativa ou do evento. \$b - Unidade subordinada (opcional): Utilizado para especificar uma divisão ou departamento dentro da entidade corporativa. \$c - Local de uma conferência ou evento (opcional): Indica o local onde ocorreu uma conferência, evento ou reunião. \$d - Data de uma conferência ou evento (opcional): Indica a data em que uma conferência, evento ou reunião ocorreu. \$n - Número de uma conferência ou evento (opcional): Usado para indicar o número da conferência ou evento. \$e - Designador de função (opcional): Indica a função desempenhada pela entidade (por exemplo, "autor", "editor"). \$u - Afiliação (opcional): Indica a afiliação da entidade corporativa. \$0 - Número de controle do sistema (opcional): Contém o número de controle de um sistema que armazena o registro. \$4 - Código de relator (opcional): Código MARC para o papel da entidade.

		\$6 - Ligação (opcional): Usado para vincular dados em diferentes scripts. \$8 - Número de ligação e sequência de campos (opcional): Usado para designar links entre campos e para indicar a sequência de elementos.
110	<u>LC-PCC Metadata Guidance Document (loc.gov)</u>	\$a - Nome da entidade corporativa (obrigatório): Contém o nome da entidade corporativa ou do evento. Entidade corporativa: espaçamento - espaço Siglas, letras separadas e iniciais de entidades corporativas são transcritas sem espaço entre elas
110 100 130	<u>LC-PCC Metadata Guidance Document (loc.gov)</u>	\$a - Nome da entidade corporativa (obrigatório): Contém o nome da entidade corporativa ou do evento. Obra religiosa e expressão religiosa: Ponto de acesso autorizado para representar obras e expressões religiosas: campo 110 Ponto de acesso autorizado para pessoa + título preferido obra religiosa Campo 110: Usado para pontos de acesso de entidades corporativas (como igrejas ou organizações religiosas). Este campo é apropriado quando uma entidade corporativa é responsável pela criação ou publicação de uma obra religiosa, como documentos oficiais emitidos por uma igreja. Campo 130: Utilizado para obras religiosas sem autoria pessoal específica, como a Bíblia ou o Alcorão. Este campo registra um título uniforme para a obra. Campos 100 e 240: Utilizados juntos quando uma obra religiosa tem um autor pessoal (como Santo Agostinho ou Tomás de Aquino). O campo 100 registra o nome do autor, e o campo 240 registra o título preferido da obra religiosa.
110	<u>Relationships between Agents and WEMI entities (loc.gov)</u>	\$a - Nome da entidade corporativa (obrigatório): Contém o nome da entidade corporativa ou do evento.

		\$b - Unidade subordinada (opcional): Utilizado para especificar uma divisão ou departamento dentro da entidade corporativa. Criador ou autor: quando um governo pode ser considerado autor ou criador: Um governo pode ser considerado o “autor” ou “criador” quando está agindo em uma capacidade oficial para criar ou emitir um documento, política, lei, relatório ou publicação semelhante.
111 ENTRADA PRINCIPAL - EVENTO	É responsável pela criação de uma obra. Entidades de evento incluem conferências, congressos, reuniões, exposições, festivais e outros tipos de eventos que resultam na produção de um documento ou publicação. Entrada Principal - Evento: Aplica-se a obras relacionadas a eventos específicos, como conferências, congressos ou simpósios. É essencial para catalogar livros digitais que compilam atos ou anais de eventos.	\$a - Nome do evento (obrigatório): O nome oficial ou mais reconhecido do evento. \$c - Local do evento (opcional): Indica a cidade e o local onde o evento ocorreu. \$d - Data do evento (opcional): A data ou o intervalo de datas em que o evento ocorreu. \$e - Designador de função (opcional): Descreve o papel do evento (exemplo: "organizador"). \$n - Número do evento (opcional): Indica o número de edição ou série do evento (exemplo: "10th" para a 10ª conferência). \$u - Afiliado (opcional): Nome da organização associada ao evento.
130 ENTRADA PRINCIPAL - TÍTULO UNIFORME	É utilizado para registrar o ponto de acesso autorizado para um título uniforme de uma obra. Este campo é usado quando o ponto de acesso principal de uma obra é um título e não há um autor pessoal ou entidade corporativa associado como criador. O título uniforme é uma forma padronizada do título de uma obra, utilizada para agrupar todas as manifestações de uma obra sob um ponto de acesso único. Entrada Principal - Título Uniforme: Ajuda a agrupar todas as expressões e manifestações de uma obra sob um título uniforme, facilitando a busca por diferentes	\$a - Título uniforme (obrigatório): Contém o título uniforme da obra. Este é o ponto de acesso principal que identifica a obra. \$d - Data da obra (opcional): Usado para especificar a data de criação ou publicação da obra, quando necessário para distinguir entre obras com o mesmo título. \$f - Data da publicação (opcional): Indica a data de publicação da obra específica. \$h - Meio (opcional): Indica o meio de apresentação física da obra, quando necessário para distinguir o título.

	versões ou edições de uma obra digital.	
130	<u>MG: Works (loc.gov)</u>	\$a - Título uniforme (obrigatório): Contém o título uniforme da obra. Este é o ponto de acesso principal que identifica a obra. \$p - Nome da parte/seção da obra (opcional): Usado para especificar o nome de uma parte ou seção da obra. Título uniforme/ preferido: obra religiosa Ponto de acesso para representar parte ou partes de obra e expressão religiosa: Ponto de acesso para representar obra e expressão religiosa: Para determinar o título uniforme/preferido para uma escritura sagrada, use um título de uma fonte de referência que cubra o grupo religioso ao qual a escritura pertence. Caso contrário, use fontes de referência gerais. Para livros apócrifos, use um título frequentemente encontrado em fontes. Para credos e confissões de fé teológicos, use (em ordem de preferência) um título bem estabelecido ou o título no idioma original. Para obras litúrgicas, geralmente use um título bem estabelecido, escrito no idioma preferido da agência de catalogação. No entanto, se o idioma do órgão corporativo que sanciona a liturgia diferir do idioma preferido, use um breve título no idioma da liturgia.
240 TÍTULO UNIFORME/ORIGINAL	É utilizado para registrar o título uniforme de uma obra que é associado a um ponto de acesso autorizado de um criador (autor pessoal ou entidade corporativa). Este campo é aplicado quando uma obra é conhecida por mais de um título, e se deseja normalizar o título da obra para garantir que todas as suas manifestações (diferentes edições, traduções,	\$a - Título uniforme (obrigatório): Contém o título uniforme preferido da obra. \$d - Data da obra (opcional): Usado para diferenciar obras com o mesmo título uniforme. \$f - Data da publicação (opcional): Especifica a data de publicação da versão específica da obra.

	adaptações, etc.) sejam agrupadas sob um ponto de acesso único. 240 - Título Uniforme/Original: Especifica o título uniforme para obras que possuem mais de um título ou variações de título. Isso auxilia na padronização e na recuperação eficiente de diferentes versões da mesma obra.	\$g - Informações miscelâneas (opcional): Inclui detalhes adicionais que ajudam a diferenciar a obra.
240	<u>MG: Works (loc.gov)</u>	\$a - Título uniforme (obrigatório): Contém o título uniforme preferido da obra. \$l - Idioma da obra (opcional): Indica o idioma da obra, essencial para distinguir diferentes traduções. Título preferido (uniforme) Não há previsão no RDA para um ponto de acesso indiferenciado para obras ou expressões como existe para a entidade pessoa (onde é permitido usar o mesmo ponto de acesso para mais de uma pessoa se nada for encontrado para diferenciá-los). É preciso diferenciá-los!
245 - TÍTULO PRINCIPAL	É utilizado para registrar o título propriamente dito e a declaração de responsabilidade de uma obra. Este campo é essencial para fornecer o título pelo qual a obra é conhecida, além de atribuir crédito a autores, editores, tradutores ou outros indivíduos ou entidades responsáveis pelo conteúdo da obra. Título Principal: Campo essencial para a identificação do recurso digital, fornecendo o título completo e principal conforme aparece no documento. É crucial para a recuperação de informações.	\$a - Título propriamente dito (obrigatório): O título principal da obra como aparece na fonte principal de informação. \$b - Subtítulo ou outro título (opcional): Título secundário ou explicativo que complementa o título principal. \$c - Declaração de responsabilidade (opcional): Identifica as pessoas ou entidades responsáveis pelo conteúdo da obra, como autores, editores, tradutores, etc.
245	<u>MG: Aggregates (loc.gov)</u>	\$a - Título propriamente dito (obrigatório): O título principal da obra como aparece na fonte principal de informação. Tradução: Traduções e recursos compreendendo duas ou mais

		expressões linguísticas – Título paralelo Dois idiomas no título uniforme/preferido abolido -> Português & Latim abolido. No RDA se houver duas ou mais expressões de linguagem (texto em duas línguas), no entanto, as diretrizes AACR2 e RDA divergem. No RDA, o catalogador adicionaria um ponto de acesso para a primeira expressão de linguagem nomeada e, se considerado importante para o acesso, o catalogador adicionaria um ponto de acesso separado para a segunda expressão de linguagem, como ao lado
245	<u>Basic Cataloging Decisions (loc.gov)</u>	\$a - Título propriamente dito (obrigatório): O título principal da obra como aparece na fonte principal de informação. Omissão no título Omissão no título é possível, usando espaço ... (reticências ou 3 pontinhos), se não houver perda essencial de informação. A regra específica de "não omitir as cinco primeiras palavras do título" não está explicitamente presente no RDA. Em vez disso, o RDA orienta que não se deve omitir palavras ou frases importantes que sejam essenciais para a compreensão do título. O ponto principal é que a omissão não deve causar perda de informações essenciais, não especificamente uma regra numérica como "cinco primeiras palavras".
245	<u>MG: Relationships: WEMI-WEMI (loc.gov)</u>	\$a - Título propriamente dito (obrigatório): O título principal da obra como aparece na fonte principal de informação. \$b - Subtítulo ou outro título (opcional): Título secundário ou explicativo que complementa o título principal. Título paralelo ou equivalente Um título paralelo é o título principal da obra em um idioma ou script diferente daquele do

		título principal. O título principal paralelo pode ser retirado de qualquer fonte dentro do recurso, desde que seja uma fonte confiável. No campo 245, o título paralelo é precedido por um sinal de igual (=). Outras informações de título paralelas são informações adicionais sobre o título em um idioma ou script diferente, retiradas da mesma fonte que o título paralelo correspondente (se disponível), ou, caso contrário, da mesma fonte do título principal. Essas informações também são transcritas no campo 245 e precedidas por um sinal de igual (=). A declaração paralela de responsabilidade referente ao título principal é a declaração de responsabilidade em um idioma ou escrita diferente e deve ser retirada da mesma fonte que o título principal paralelo correspondente, também sendo precedida por um sinal de igual (=) no campo 245.
245	<u>MG: Manifestation: Variant title of manifestation (loc.gov)</u> <u>MG: Transcription-Punctuation (loc.gov)</u>	\$a - Título propriamente dito (obrigatório): O título principal da obra como aparece na fonte principal de informação. \$b - Subtítulo ou outro título (opcional): Título secundário ou explicativo que complementa o título principal. Título: Abreviatura permitida no título: Abreviações no título são permitidas, desde que a informação essencial seja preservada e a compreensão do título não seja comprometida. Se uma abreviação ocorrer nos primeiros cinco termos significativos do título, deve-se criar um título variante que substitua a abreviação pela forma completa, se isso for considerado útil para a recuperação. Quando uma parte do título é omitida para abreviação, use reticências (três pontinhos "...") para indicar a omissão.
245	<u>MG: Transcription-Punctuation (loc.gov)</u>	\$a - Título propriamente dito (obrigatório): O título principal da obra como aparece na fonte principal de informação.

		Título: Ausência – Obra sem título Se uma obra não possui um título na sua fonte principal de informação, o catalogador deve procurar um título em outra fonte confiável dentro do recurso ou, se necessário, atribuir um título. Utilize colchetes para indicar que o título foi retirado de uma fonte externa ou que foi atribuído pelo catalogador. Em alguns casos, como quando o título é retirado de outra parte confiável do recurso, o uso de colchetes não é necessário. A origem do título deve ser explicada em uma nota 500, especialmente se o título for atribuído ou retirado de uma fonte não convencional.
245	<u>RDA Toolkit - statement of responsibility</u>	\$c - Declaração de responsabilidade (opcional): Identifica as pessoas ou entidades responsáveis pelo conteúdo da obra, como autores, editores, tradutores, etc. Indicação de responsabilidade: obrigatória A indicação de responsabilidade é registrada conforme aparece na fonte de informação da obra. Se nenhuma pessoa, família ou entidade for nomeada, não é necessário criar ou adicionar uma indicação de responsabilidade. A indicação de responsabilidade não é obrigatória se não houver uma entidade ou pessoa explicitamente mencionada no recurso.
246 - FORMAS VARIANTES DO TÍTULO	Formas variadas do título que aparecem em diferentes partes de um item ou parte do título propriamente dito, ou uma forma alternativa do título quando a forma difere substancialmente da declaração do título no campo 245 e se contribuem para a identificação adicional do item. Formas Variantes do Título: Registra variações do título que podem ser usadas em buscas, garantindo que o recurso digital seja encontrado mesmo que o usuário utilize um título ligeiramente diferente.	\$a - Título variante (obrigatório): O título alternativo ou variante que não é o título principal. \$b - Outra informação do título (opcional): Subtítulo ou qualquer outra informação do título variante.

246	<u>MG: Transcription-Punctuation (loc.gov)</u>	\$a - Título variante (obrigatório): O título alternativo ou variante que não é o título principal. Tradução ou transliteração do título principal: Registre uma forma transliterada do título ou como substituto ou como adicional à forma que aparece na fonte. Usar para transliteração ALA-LC Romanization Tables Obs: Quando feita pela própria agência de catalogação, registre como variação do título. Faça um título variante em um um título que resulta de uma tradução ou transliteração
246	<u>MG: Manifestation: Variant title of manifestation (loc.gov)</u>	\$a - Título variante (obrigatório): O título alternativo ou variante que não é o título principal. Variação do título: Símbolos, numerais, siglas Quando uma série de letras ou um inicialismo aparece como uma das cinco primeiras palavras em um título e contém pontuação de separação (como hífen, ponto, barra), é aconselhável criar um título variante no campo 246 sem a pontuação de separação, caso se pense que alguns usuários do catálogo possam procurar o título nesse formato. Da mesma forma, se um sinal ou símbolo aparecer em uma das cinco primeiras palavras de um título, um título variante deve ser criado substituindo o sinal ou símbolo pelo nome ou uma forma escrita correspondente, se isso puder ser feito de maneira concisa e se for provável que alguns usuários do catálogo esperem que o título apareça dessa forma.
246	<u>MG: Manifestation: Variant title of manifestation (loc.gov)</u>	\$a - Título variante (obrigatório): O título alternativo ou variante que não é o título principal. \$i - Designação do título variante (opcional): Um termo que descreve a natureza do título variante.

		Variação do título: Erro de grafia ou tipográfico no título Ao encontrar títulos propriamente ditos que contenham algum tipo de forma incorreta, certifique-se de que haja acesso ao título por meio das formas incorretas e corrigidas.
264 - PRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, FABRICAÇÃO E NOTA DE COPYRIGHT	Declaração relativa à publicação, impressão, distribuição, edição, lançamento ou produção de uma obra. Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação e Nota de Copyright: Registra informações sobre a produção, publicação, distribuição e copyright do livro digital, o que é fundamental para a atribuição de direitos e para a busca de edições específicas.	\$a - Local de Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação (não repetitivo). \$b - Nome da Entidade Produtora, Publicadora, Distribuidora, Fabricante (não repetitivo). \$c - Data de Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação, ou Data de Direitos Autorais (não repetitivo). Imprensa: Local, editor, data Campo 260 do MARC passou a campo 264 com indicadores 1,2,3 e 4 na segunda posição. Indicadores: O primeiro indicador (que especifica a função do campo) está corretamente definido de acordo com o tipo de evento:
264	<u>RDA Toolkit - publication statement</u>	\$a - Local de Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação (não repetitivo). Imprensa: transcrição na forma apresentada Local transcrever como está, sem omissões:
264	<u>RDA Toolkit - name of publisher</u>	\$a - Local de Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação (não repetitivo). \$b - Nome da Entidade Produtora, Publicadora, Distribuidora, Fabricante (não repetitivo). \$c - Data de Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação, ou Data de Direitos Autorais (não repetitivo). Imprensa: editor:

		[local] : [editor], [data] 1 colchete para cada. Os colchetes são usados para indicar que a informação foi fornecida pelo catalogador e não aparece na fonte do recurso.
264	<u>RDA Toolkit - place of publication</u>	\$a - Local de Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação (não repetitivo). Imprensa: local Mais de um lugar, apenas a transcrição do primeiro lugar é obrigatória!
264	<u>MG: Transcription-Punctuation (loc.gov)</u>	\$a - Local de Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação (não repetitivo). Imprensa: Local: sem abreviatura de estado ou jurisdição Transcreva o local como aparece: Outra mudança é que o RDA não prescreve abreviaturas para estados ou jurisdição, como o AACR2 fazia. Transcreva no campo 264 _1
264	<u>MG: Transcription-Punctuation (loc.gov)</u>	\$b - Nome da Entidade Produtora, Publicadora, Distribuidora, Fabricante (não repetitivo). Imprensa: Distribuidor Transcreva o distribuidor no campo 264 _2
336 - TIPO DE CONTEÚDO	É utilizado para registrar o tipo de conteúdo de um recurso conforme especificado nas diretrizes do RDA. Este campo identifica a forma do conteúdo do recurso, ou seja, a forma na qual o conteúdo é expresso (por exemplo, texto, imagem, som, etc.). Tipo de Conteúdo: Indica o tipo de conteúdo do recurso (e.g., texto, imagem, som), essencial para que os usuários saibam o que esperar do material digital.	\$a - Termo do tipo de conteúdo (não repetitivo) \$b - Código do tipo de conteúdo (não repetitivo)
336	XXXX	\$a - Termo do tipo de conteúdo (não repetitivo)

		\$b - Código do tipo de conteúdo (não repetitivo) Conteúdo: Tipo de Conteúdo Pode-se registrar apenas o tipo de conteúdo predominante. Lista no RDA Para facilitar o preenchimento deste campo, a Library of Congress disponibilizou um recurso controlado para o preenchimento do campo 336 no link: http://www.loc.gov/standards/valuelist/rdacontent.html
336	<u>MG: Expressions (loc.gov)</u>	\$a - Termo do tipo de conteúdo (não repetitivo) Conteúdo: Tipo de conteúdo O tipo de conteúdo pode ser registrado como um elemento separado, como parte de um ponto de acesso, ou ambos. Campo 336 \$a Campo 110 \$h. Uso do 336 \$a spoken word
337 - TIPO DE MÍDIA	O tipo de mídia reflete o tipo geral de dispositivo de intermediação necessário para visualizar, reproduzir, executar, etc., o conteúdo de um recurso. Utilizado como alternativa ou complemento à expressão codificada do tipo de mídia no campo 007/00 (Categoria de material). As informações do campo 337 permitem a indicação de tipos de mídia mais específicos e tipos de mídia de diversas listas. Tipo de Mídia: Identifica o tipo de mídia necessária para acessar o recurso (e.g., computador, áudio), essencial para a compatibilidade técnica e para o planejamento de acesso.	\$a - Termo do tipo de mídia (não repetitivo) \$2 - Fonte do termo (não repetitivo)
337	<u>LC-PCC Metadata Guidance Document (loc.gov)</u> <u>MG: Expressions (loc.gov)</u>	\$a - Termo do tipo de mídia (não repetitivo) \$2 - Fonte do termo (não repetitivo)

		Mídia: Tipo de mídia Tipo de Mídia (campo 337) não existe no AACR2, pois é um conceito introduzido pelo RDA. Embora não seja um core element no RDA, a Library of Congress o considera essencial. Exemplos de tipos de mídia incluem áudio, computador, microforma, projeção, vídeo, e sem mídia. Para facilitar o preenchimento deste campo, a Library of Congress disponibilizou uma lista controlada para o preenchimento do campo 337, acessível em: http://www.loc.gov/standards/valuelist/rdamedia.html
337	<u>RDA Toolkit - media type</u>	\$a - Termo do tipo de mídia (não repetitivo) \$2 - Fonte do termo (não repetitivo) Mídia: Tipo de mídia: Campo 337: Atributo da Manifestação Audio, computador, microforma, vídeo, sem mídia, etc Uma categorização que reflete o tipo geral de dispositivo de intermediação necessário para exibir, reproduzir, executar ou acessar o conteúdo de uma manifestação.
338 - TIPO DE SUPORTE	O tipo de portadora reflete o formato do meio de armazenamento e o alojamento de uma portadora em combinação com o tipo de mídia (que indica o dispositivo intermediário necessário para visualizar, reproduzir, executar, etc., o conteúdo de um recurso). Usado como alternativa ou além da expressão codificada do tipo de suporte no campo 007/01 (Designação específica do material). As informações do campo 338 permitem a indicação de tipos de transportadores mais específicos e tipos de transportadores de várias listas. Tipo de Suporte: Define o tipo de suporte físico ou digital do recurso	\$a - Termo do tipo de portador (não repetitivo) \$2 - Fonte do termo (não repetitivo)

	(e.g., disco óptico, arquivo online), auxiliando na identificação das necessidades de hardware para acessar o livro digital.	
338	<u>MG: Manifestation: Carrier type (loc.gov)</u>	\$a - Termo do tipo de portador (não repetitivo) \$2 - Fonte do termo (não repetitivo) Suporte: Tipo de suporte (carrier): Campo 338 : Suporte As diretrizes do MARC instruem o catalogador a criar diferentes registros bibliográficos para recursos que estejam em formatos diferentes, no caso do RDA, em suportes diferentes. p. 145 Max Para recursos que consistem em mais de um tipo de suporte, deve-se tratar um componente como o principal e os outros como materiais acompanhantes. É necessário registrar os termos de tipo de suporte no campo 338 do MARC.
338	<u>MG: Manifestation: Carrier type (loc.gov)</u>	\$a - Termo do tipo de portador (não repetitivo) \$2 - Fonte do termo (não repetitivo) Campo 338 (Tipo de Suporte) é usado para descrever o formato físico do recurso no formato MARC 21, enquanto o campo 337 (Tipo de Mídia) descreve o meio pelo qual o conteúdo é transmitido. Cada tipo de suporte (338) está associado a um tipo específico de mídia (337), mas um tipo de mídia (337) pode compreender diversos tipos de suporte (338). Por exemplo, a mídia 'áudio' pode incluir suportes como discos de áudio, fitas cassete, etc. O vocabulário controlado pela Library of Congress para o campo 338 pode ser acessado em: http://www.loc.gov/standards/valuelist/rdacarrier.html.

337 - CARACTERÍSTICAS DO ARQUIVO DIGITAL	Especificação técnica relativa à codificação digital de texto, imagem, áudio, vídeo e outros tipos de dados em um recurso. Esta informação também poderá ser registrada no campo 300 (Descrição Física) \$b (Outros dados físicos). Características do Arquivo Digital: Descreve características específicas dos arquivos digitais, como formato (PDF, EPUB), tamanho, e outros atributos técnicos, essenciais para a gestão de coleções digitais e para o usuário final.	\$a - Tipo de arquivo (não repetitivo) \$b - Taxa de compactação (não repetitivo) \$c - Resolução (opcional) \$d - Taxa de bits (opcional)
347	<u>RDA Toolkit - digital file characteristic</u>	\$a - Tipo de arquivo (não repetitivo) \$b - Taxa de compactação (não repetitivo) \$c - Resolução (opcional) O campo 347 do MARC 21 é usado para descrever características técnicas de arquivos digitais, como tipo de arquivo, formato de codificação, e tamanho do arquivo. \$a registra o tipo de arquivo (ex.: "arquivo de áudio", "arquivo de texto"). \$b indica o formato de codificação (ex.: "MP3", "PDF"). \$c especifica o tamanho do arquivo (ex.: "KB", "MB", "GB").
347	<u>MG: Reproductions-Photocopies (loc.gov)</u>	\$a - Tipo de arquivo (não repetitivo) \$d - Taxa de bits (opcional) Descrição física: Arquivo digital, características: Tamanho: campo 347 \$c Resolução: campo 347 \$d 2 megapixels, etc.
490 - SÉRIE	Declaração da série para um título de série. Série: Informa sobre a série à qual o recurso digital pertence, se	\$a - Título da série (não repetitivo) \$v - Numeração na série (opcional)

	aplicável, facilitando a navegação e a recuperação de obras relacionadas em uma coleção.	
490	<u>MG: Series-Subseries (loc.gov)</u>	\$a - Título da série (não repetitivo) \$v - Numeração na série (opcional) Série: Ao registrar o título da série no campo 490, deve-se transcrever o título exatamente como aparece na fonte, incluindo a capitalização e pontuação. Se uma publicação pertence a duas séries diferentes, deve-se usar um novo campo 490 para cada série. Quando uma publicação possui uma série e uma subsérie, ambas devem ser registradas no mesmo campo 490, conforme aparecem na fonte. Se o nome da série varia, escolha a forma apresentada na página de rosto ou sua substituta.
500 - NOTA GERAL	Informações gerais para as quais não foi definido um campo de nota 5XX especializado. Nota Geral: Fornece informações adicionais sobre o recurso digital que não são capturadas em outros campos, oferecendo contexto e detalhes adicionais relevantes.	\$a - Texto da nota (não repetitivo)
500	<u>MG: Transcription-Punctuation (loc.gov)</u>	\$a - Texto da nota (não repetitivo) Citação: Nota Se estiver citando um trecho retirado diretamente de um recurso, coloque a passagem entre aspas para indicar que é uma citação direta. Se a citação não for tirada da fonte preferida, também é necessário indicar a fonte de onde a informação foi retirada.
500	<u>LC-PCC Metadata Guidance Document (loc.gov)</u>	\$a - Texto da nota (não repetitivo) Nota: Acesso, disponibilidade e aquisição: Termo de disponibilidade Vários campos
500	<u>MG: Works (loc.gov)</u>	\$a - Texto da nota (não repetitivo) Nota: características específicas do suporte

		Campo 500
500	<u>MG: Works (loc.gov)</u>	\$a - Texto da nota (não repetitivo) Nota: Nota de responsabilidade Campo 500
504 - NOTA BIBLIOGRAFICA	Informação sobre a presença de uma ou mais bibliografias, discografias, filmografias e/ou outras referências bibliográficas em item descrito ou em material que o acompanha. Nota Bibliográfica: Indica a presença de referências bibliográficas no recurso, importante para pesquisadores e para a validação de informações.	\$a - Nota de Bibliografia, Discografia, etc. (não repetitivo) \$b - Número de Páginas do Resumo (opcional)
504	<u>MG: Aggregates (loc.gov)</u>	\$a - Nota de Bibliografia, Discografia, etc. Nota: Conteúdo: Informações complementares Campo 500 e campo 504
505 - Nota de Conteúdo Formatada	É utilizado para registrar uma nota de conteúdo formatada. Este campo é usado para fornecer uma lista estruturada de partes ou seções contidas em um recurso, como capítulos de um livro, faixas de um álbum, ou títulos de histórias em uma antologia.	\$a - Nota de Conteúdo (não repetitivo)
505	<u>MG: Aggregates (loc.gov)</u>	\$a - Nota de Conteúdo (não repetitivo) Obra relacionada: descrição estruturada
506 - Restrição de acesso.	É utilizado para registrar notas de restrições de acesso a um recurso. Este campo é usado para fornecer informações sobre qualquer restrição de acesso que possa existir para um recurso bibliográfico, como restrições baseadas em direitos autorais, licenças, requisitos de autenticação ou políticas institucionais. Restrição de Acesso: Especifica quaisquer restrições de acesso ao recurso digital, essenciais para a	\$a - Termo de Restrição (não repetitivo)

	gestão de direitos e para informar aos usuários sobre as condições de uso.	
506	<u>RDA Toolkit - restriction on access to manifestation</u>	\$a - Termo de Restrição (não repetitivo) Nota: Acesso, disponibilidade e aquisição: Restrição de acesso: campo 506 \$a
520 - NOTA DE RESUMO	Informações não formatadas que descrevem o escopo e o conteúdo geral dos materiais. Pode ser um resumo, resumo, anotação, revisão ou apenas uma frase descrevendo o material. Nota de Resumo: Fornece um resumo do conteúdo do livro digital, facilitando a compreensão rápida do material e auxiliando na decisão de acesso.	\$a - Texto do Resumo, Sumário ou Descrição \$u - Identificador Uniforme de Recurso (URI)
520	<u>MG: Expressions (loc.gov)</u>	\$a - Texto do Resumo, Sumário ou Descrição Nota: Conteúdo: Resumo do conteúdo Campo 520 \$a
530 - NOTA DE OUTROS FORMATOS DISPONÍVEIS	Informação relativa a um formato físico diferente em que o item descrito está disponível. Nota de Outros Formatos Disponíveis: Indica a existência de outras versões ou formatos do recurso digital, essencial para a descoberta de alternativas de formato para usuários com diferentes necessidades.	\$a - Nota de Outras Formas Físicas Disponíveis \$b - Disponibilidade \$c - Localização na Outra Forma \$d - Versão Original Disponível em \$u - Identificador Uniforme de Recurso (URI)
530	<u>MG: Relationships: WEMI-WEMI (loc.gov)</u>	\$a - Nota de Outras Formas Físicas Disponíveis Nota: Manifestação relacionada
534 - NOTA DE VERSÃO ORIGINAL	Dados descritivos de um item original quando a parte principal do registro bibliográfico descreve	\$a - Título da Publicação Original \$c - Local de Publicação Original

	uma reprodução desse item e os dados diferem. Nota de Versão Original: Fornece detalhes sobre a versão original do recurso digital, se este for uma adaptação ou reprodução digital de um formato anterior.	\$t - Título Uniforme da Obra Original
534	<u>MG: Relationships: WEMI-WEMI (loc.gov)</u>	\$a - Título da Publicação Original \$c - Local de Publicação Original \$t - Título Uniforme da Obra Original Deve fornecer uma descrição estruturada para o item original, incluindo o título da publicação original (\$a), o local de publicação original (\$c), e o título uniforme da obra original (\$t). As diretrizes sugerem usar este campo para registrar informações sobre o recurso original que são importantes para a compreensão da reprodução descrita.
540 - NOTA DE CONDIÇÕES DE USO E REPRODUÇÃO	Termos que regem o uso dos materiais após o acesso ter sido fornecido. O campo inclui, mas não está limitado a, direitos autorais, direitos de filmes, restrições comerciais, etc. que restringem o direito de reproduzir, exibir, ficcionalizar, citar, etc. Nota de Condições de Uso e Reprodução: Esclarece as condições sob as quais o recurso digital pode ser usado ou reproduzido, relevante para a conformidade com os direitos autorais.	\$a - Termos de Uso
540	<u>LC-PCC Metadata Guidance Document (loc.gov)</u>	\$a - Termos de Uso Nota: Acesso, disponibilidade e aquisição: Restrição de uso: campo 540 \$a

546 - NOTA DE IDIOMA	Informação textual sobre a linguagem ou sistema de notação utilizado para transmitir o conteúdo dos materiais descritos. Nota de Idioma: Indica o(s) idioma(s) do texto ou conteúdo do recurso, essencial para a descoberta e a seleção de livros digitais por usuários multilíngues.	\$a - Nota de Idioma \$b - Código de Escritura
546	<u>MG: Expressions (loc.gov)</u>	\$a - Nota de Idioma \$b - Código de Escritura Nota: Conteúdo: Língua do conteúdo
547 - NOTA DE TÍTULOS ANTERIORES	É utilizado para fornecer uma nota sobre a linguagem ou alfabeto de um item. Este campo é especialmente útil para indicar informações sobre a tradução ou a transcrição de um texto. Nota de Títulos Anteriores: Fornece informações sobre títulos anteriores sob os quais o recurso foi publicado, importante para o rastreamento do histórico de publicações.	\$a - Nota de Histórico
547	<u>MG: Relationships: WEMI-WEMI (loc.gov)</u>	\$a - Nota de Histórico Nota: Conteúdo: Histórico
580 - NOTA DE LIGAÇÃO E ENTRADA	Descrição do relacionamento complexo entre o item descrito no registro e outros itens que não podem ser gerados adequadamente a partir dos campos de entrada de ligação 760-787. Nota de Ligação e Entrada: Descreve as relações entre o recurso digital e outros recursos, essencial para a navegação dentro de um catálogo digital interconectado.	\$a - Nota de Relação Complexa
580 787	<u>MG: Relationships: WEMI-WEMI (loc.gov)</u>	\$a - Nota de Relação Complexa Nota de ligação complexa

		Estabelece uma ligação entre o documento que está sendo catalogado e outros documentos
586 - NOTA DE PREMIAÇÃO	Informações sobre prêmios associados ao item descrito. Nota de Premiação: Registra prêmios recebidos pelo recurso digital, relevante para destacar materiais de alta qualidade ou com reconhecimento crítico e possível recuperação.	§a - Nota de Prêmios
586	<u>RDA Toolkit - award</u>	§a - Nota de Prêmios Um prêmio é um reconhecimento formal de excelência ou mérito concedido por uma entidade que concede prêmios. Registrar uma descrição não estruturada do prêmio. Registrar um termo não controlado ou transcrito de uma fonte de informação. Registrar detalhes ou outras informações não estruturadas.
588 - DEFINIÇÃO E ESCOPO DO CAMPO	Informações usadas para rastrear e controlar os metadados contidos no registro. Inclui fonte geral e específica de notas de descrição que são especialmente de interesse para outros catalogadores. Fonte da Descrição: Documenta a origem das informações utilizadas na catalogação do recurso digital, essencial para assegurar a precisão e a confiabilidade dos registros, além de facilitar a identificação da versão específica do material descrito.	§a - Nota de fonte da descrição (NR - Não Repetitivo): Contém a nota textual que descreve a fonte das informações utilizadas na catalogação.
588	XXXX	§a - Nota de fonte da descrição (NR - Não Repetitivo): Contém a nota textual que descreve a fonte das informações utilizadas na catalogação. O campo é preenchido com uma nota que indica a base da descrição, como "Description based on: [detalhes da fonte]" —

		por exemplo, "Description based on print version record." Essa prática é recomendada para garantir que a descrição seja precisa e rastreável, especificando de qual versão ou edição do recurso a informação foi extraída.
600 - Ponto de Acesso de Assunto - Nome Pessoal	Usado para registrar o nome de uma pessoa como um ponto de acesso de assunto. Indica que o recurso é sobre uma pessoa específica (ex.: uma biografia, estudos sobre a pessoa).	\$a - Nome Pessoal \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica
600	<u>MG: Vocabulary Encoding Schemes (loc.gov)</u>	\$a - Nome Pessoal \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica O RDA orienta que o nome pessoal seja registrado exatamente como aparece na forma autorizada, incluindo datas associadas, títulos e termos adicionais. O campo 600 é usado para indicar que o recurso trata sobre uma pessoa específica.
610 - Ponto de Acesso de Assunto - Nome Corporativo	Usado para registrar o nome de uma organização, instituição ou entidade corporativa como um ponto de acesso de assunto. Indica que o recurso é sobre uma organização específica (ex.: história de uma empresa, estudos sobre uma instituição).	\$a - Nome Corporativo \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica
610	<u>MG: Vocabulary Encoding Schemes (loc.gov)</u>	\$a - Nome Corporativo \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica O nome corporativo deve ser registrado na forma autorizada, incluindo subdivisões, como departamentos ou locais específicos. O campo 610 é usado quando o recurso é sobre uma organização ou entidade corporativa.

611 - Ponto de Acesso de Assunto - Nome de Evento	Usado para registrar um evento específico como um ponto de acesso de assunto. Indica que o recurso é sobre um evento específico (ex.: uma conferência, uma exposição, uma guerra).	\$a - Nome de Evento \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica
611	<u>MG: Vocabulary Encoding Schemes (loc.gov)</u>	\$a - Nome de Evento \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica Para eventos, o nome deve ser registrado na forma autorizada, incluindo datas e locais do evento. O campo 611 é utilizado para recursos que tratam sobre eventos específicos.
630 - Ponto de Acesso de Assunto - Título Uniforme	Usado para registrar um título uniforme como um ponto de acesso de assunto. Indica que o recurso é sobre uma obra específica ou um grupo de obras sob um título uniforme (ex.: um estudo sobre "Hamlet" de Shakespeare).	\$a - Título Uniforme \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica
	<u>MG: Vocabulary Encoding Schemes (loc.gov)</u>	\$a - Título Uniforme \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica O título uniforme deve ser registrado na forma autorizada e pode incluir subdivisões, como a versão ou idioma. O campo 630 é usado para títulos uniformes que são pontos de acesso de assunto.
650 - Ponto de Acesso de Assunto - Termo de Assunto Topical	Usado para registrar um termo de assunto topical como um ponto de acesso de assunto. Este campo é usado para indicar tópicos gerais ou conceitos sobre os quais o recurso trata (ex.: física quântica, direitos humanos).	\$a - Termo de Assunto Topical \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica
650	<u>MG: Vocabulary Encoding Schemes (loc.gov)</u>	\$a - Termo de Assunto Topical \$x - Subdivisão Geral

		\$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica Termos de assunto topical devem ser selecionados de um vocabulário controlado e podem incluir subdivisões como tópicos específicos, forma, cronologia e geografia. O campo 650 é utilizado para termos gerais de assunto.
651 - Ponto de Acesso de Assunto - Nome Geográfico	Usado para registrar um nome geográfico como um ponto de acesso de assunto. Indica que o recurso é sobre um local geográfico específico (ex.: história de um país, guia turístico de uma cidade).	\$a - Nome Geográfico \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica
651	<u>MG: Vocabulary Encoding Schemes (loc.gov)</u>	\$a - Nome Geográfico \$x - Subdivisão Geral \$v - Subdivisão de Forma \$y - Subdivisão Cronológica \$z - Subdivisão Geográfica Nomes geográficos devem ser registrados na forma autorizada e podem incluir subdivisões para indicar aspectos específicos como cronologia ou condições sociais. O campo 651 é utilizado para pontos de acesso de assunto baseados em locais geográficos.
700 - Entrada Secundária – Nome Pessoal	É utilizado para registrar pontos de acesso adicionais de nome pessoal em um registro bibliográfico. Este campo é usado para adicionar entradas para pessoas que contribuíram para a criação ou realização de uma obra, mas que não são o ponto de acesso principal (que é registrado no campo 100) Entrada Secundária – Nome Pessoal: Inclui contribuições secundárias ao livro digital, como editores, ilustradores, etc., proporcionando uma visão completa dos colaboradores.	\$a - Nome Pessoal \$b - Parte de um Nome \$c - Título e Outros Termos Associados ao Nome \$d - Datas Associadas ao Nome \$e - Termo Indiciário de Relacionamento \$i - Informações de relacionamento \$t - Título da Obra
700	<u>MG: Works (loc.gov)</u>	\$a - Nome Pessoal

		§i - Informações de relacionamento Obra relacionada: campo 700. Uma obra relacionada é definida como um trabalho que tem uma relação com o recurso descrito (por exemplo, uma adaptação, comentário, suplemento, sequência, parte de um trabalho maior). Na maioria dos casos, um designador de relacionamento pode ser adicionado no subcampo §i para especificar a natureza da relação entre duas obras. O RDA Apêndice J fornece uma lista aberta de termos, incluindo 'adaptação de (trabalho)', 'continuação de (trabalho)', 'crítica de (trabalho)', 'paródia de (trabalho)', etc. A maioria dos designadores de relacionamento para obras relacionadas são registrados no subcampo §i dos campos 7XX do MARC Bibliográfico. Como as tags de campo MARC geralmente não especificam o relacionamento envolvido, o designador de relacionamento é útil para transmitir a natureza precisa da relação entre duas obras. No entanto, existem casos em que o designador não é necessário porque a natureza do relacionamento é especificada pela própria tag de campo.
700	<u>Relationships between Agents and WEMI entities (loc.gov)</u>	§a - Nome Pessoal Ponto de acesso: Pessoas, famílias e entidades associadas com um item: Diferente do AACR2 e RDA não exige que os pontos de acesso sejam justificados na descrição! Ou seja, não precisam constar na indicação de responsabilidade para poder constar num 700, por exemplo. OBS: Também não há exigência de que os pontos de acesso adicionais correspondem a nomes registrados em declarações de responsabilidade ou notas, como há no caso do AACR2. Outras situações: ponto de acesso

		O \$e no 100 e no 700 pode ser repetitivo: Youtube
700	<u>RDA Toolkit - related manifestation of agent</u> <u>Relationships between Agents and WEMI entities (loc.gov)</u>	\$a - Nome Pessoal Ponto de acesso: Pessoas, famílias e entidades associadas com uma manifestação: editor Designadores de relacionamento geral (subcampo e) não são fornecidos para produtores, editores, distribuidores ou fabricantes, talvez porque seja incomum, exceto em catalogação especializada, fornecer pontos de acesso para entidades com essas funções gerais.
700	<u>Relationships between Agents and WEMI entities (loc.gov)</u> <u>RDA Toolkit - related manifestation of agent</u>	\$e - Termo Indiciário de Relacionamento Ponto de acesso: Relacionamentos: Contribuinte Ilustrador, tradutor, editor, compilador, destinatário
700	<u>MG: Relationships: WEMI-WEMI (loc.gov)</u>	\$i - Informações de relacionamento Expressão relacionada: Tradução
710 - Entrada Secundária – Entidade	Adicionada entrada em que o elemento de entrada é um nome corporativo. Entrada Secundária – Entidade: Aplica-se a contribuições secundárias de entidades corporativas, como uma instituição parceira ou editora colaboradora.	\$a - Nome Corporativo \$e - Termo Indiciário de Relacionamento
710	<u>MG: Corporate Bodies (loc.gov)</u>	\$a - Nome Corporativo Pessoas, famílias e entidades associadas com um item: Proprietário (Ex dono) : ponto de acesso
776 - Entrada de Formato Físico Adicional	Informação relativa a outra forma física disponível do item alvo (relação horizontal). Entrada de Formato Físico Adicional: Registra a versão física	\$a - Entrada Pessoal (nome de uma pessoa relacionada à outra manifestação) \$b - Entrada Corporativa (nome de uma entidade corporativa relacionada)

	do livro digital, se disponível, permitindo a descoberta de diferentes formatos do mesmo conteúdo.	\$c - Entrada de Nome de Evento (nome de um evento relacionado) \$i - Designador de Relacionamento \$k - Subdivisão de Forma \$t - Título da Obra \$x - ISSN \$w - Número de Controle de Outros Sistemas \$x - ISBN (para a versão relacionada) \$y - ISSN \$z - Número ISBN Cancelado
776	<u>MG: Reproductions-Photocopies (loc.gov)</u>	\$a - Entrada Pessoal \$t - Título da Obra \$i - Designador de Relacionamento \$w - Número de Controle de Outros Sistemas \$z - Número ISBN Cancelado Livro eletrônico de uma manifestação Temos um livro em papel e também sua versão em livro eletrônico: Neste caso teríamos que registrar a relação nos dois registros bibliográficos a e b
856 - LINK	Informações necessárias para localizar e acessar um recurso eletrônico. O campo pode ser usado em um registro bibliográfico de um recurso quando esse recurso ou um subconjunto dele estiver disponível eletronicamente. Além disso, pode ser utilizado para localizar e acessar uma versão eletrônica de um recurso não eletrônico descrito no registro bibliográfico ou em um recurso eletrônico relacionado. A frase "recurso eletrônico em rede" é usada para se referir a um recurso eletrônico cujo conteúdo é	\$u - URI (Identificador Uniforme de Recurso)

	acessado usando um protocolo de rede como telnet, http, ftp, etc. LINK: Fornece o URL ou endereço eletrônico onde o recurso digital pode ser acessado, fundamental para o acesso direto ao conteúdo digital.	
856	<u>MG: Places (loc.gov)</u>	\$u - URI (Identificador Uniforme de Recurso) Endereço: Acesso, disponibilidade e aquisição: URL: 856 40 \$u

Fonte: Elaboração própria.

A tabela foi feita baseada em um manual interno do setor de processos técnicos da biblioteca do senado federal, as informações nela baseada estão dispostas em manuais da LOC para catalogação em RDA e também em livros sobre assunto, como o livro da Chris Oliver.

O campo 300, tradicionalmente usado para descrever a extensão física de recursos, foi considerado inadequado para livros digitais. As diretrizes do RDA indicam que esse campo serve para informações sobre características físicas, como extensão e dimensões. No entanto, devido à natureza intangível dos livros digitais, que não têm forma física mensurável, o uso do campo 300 é desnecessário. No entanto com o campo 347 com o subcampo “c” oferece a possibilidade para incluir o tamanho do arquivo digital, ser

A prática da LOC mostrou que, para livros digitais, o campo 300 geralmente continha apenas a descrição "online resource", sem oferecer detalhes relevantes que melhorassem a descrição do item ou a recuperação de informações pelos usuários. Por isso, o uso do campo 300 foi considerado dispensável.

Para descrever livros digitais de forma mais adequada, foram introduzidos os campos 336 (Tipo de Conteúdo), 337 (Tipo de Mídia) e 338 (Tipo de Recurso). Esses campos são mais apropriados porque fornecem descrições específicas: o campo 336 identifica o tipo de conteúdo (texto, imagem, som), o campo 337 indica o tipo de mídia (como áudio ou vídeo digital) e o campo 338 detalha o formato do recurso, como "*online resource*" para objetos digitais. Para formatos que não tenham paginação como o ePub ou sites que já contenham o livro, o

catalogador não precisa se preocupar, mas quando houver formatos com paginação como é o caso do PDF, o catalogador pode colocar a paginação no campo 500.

Outros campos, como o 347 (Características do Arquivo Digital) e o 588 (Fonte da Descrição), também são relevantes. O campo 347 descreve detalhes técnicos do arquivo digital, como formato (PDF, EPUB, MOBI) e tamanho, enquanto o campo 588 registra notas sobre a fonte da descrição, garantindo a rastreabilidade das informações. Esses campos proporcionam uma descrição mais completa dos recursos digitais, tendo em vista que livros digitais podem não ter páginas definidas.

Quando um livro digital estático contém um número definido de páginas, e o catalogador julga necessário especificar essa informação para maior precisão no registro bibliográfico, uma abordagem recomendada é a utilização do campo 500 do formato MARC 21. Neste campo, pode-se incluir uma nota de conteúdo informando o número exato de páginas, fornecendo assim uma descrição detalhada e útil para os usuários do catálogo.

4.1 EXEMPLOS E EXPLICAÇÃO

Para ilustrar de maneira precisa, foi selecionado três exemplos distintos de livros digitais: um livro de literatura, um livro religioso e um livro jurídico. Em seguida, apresentou-se outros três livros já catalogados pela LOC, cujos links para verificação estão incluídos nos respectivos títulos. Dentre os livros catalogados, dois estão disponíveis no formato ePub, enquanto o terceiro está em formato PDF.

A fim de garantir clareza e padronização na exemplificação, foi utilizado IRIs (Identificadores de Recursos Internacionais), que fornecem identificadores únicos, termos padronizados e descrições literais. Além disso, foi usado o VIAF (*Virtual International Authority File*) e ISNI (*International Standard Name Identifier*) para a identificação precisa dos autores, bem como ao Geonames para especificar a localização geográfica relacionada às obras para manter a padronização.

Para os exemplos trazidos de fora da LOC, foi descartado o uso de códigos de controle interno e campos que são preenchidos pela de acordo com cada biblioteca.

HARRY POTTER E A PEDRA FILOSOFAL

Tabela 3 - Harry Potter e a Pedra Filosofal

Campo	Descrição
020 __	9781781100486
040 __	a BR-CGCCS b por e rda
041 1_	a por h eng https://id.loc.gov/vocabulary/iso639-1/pt.html
100 1_	a Rowling, J. K. e autor. ISNI: https://isni.org/isni/000000012148628X VIAF: https://viaf.org/en/viaf/116796842
240 10	a Harry Potter and the Philosopher's Stone. l Português
245 10	a Harry Potter e a Pedra Filosofal / c J.K. Rowling ; traduzido do inglês por Lia Wyler.
264 _1	a [Local de publicação não identificado] : b Pottermore Limited, c 2015.
336 __	a texto b txt 2 rdacontent http://rdaregistry.info/termList/RDAContentType/1020
337 __	a computador b n 2 rdamedia http://rdaregistry.info/termList/RDAMediaType/1007
338 __	a recurso online b cr 2 rdacarrier http://www.rdaregistry.info/termList/RDACarrierType/#1007
347 __	a texto PDF b sem requerimentos de software adicionais 2 rdacaracterísticas de arquivo
500 __	a A versão original intitulada "Harry Potter and the Philosopher's Stone" foi publicada em 1997.
588 __	a Descrição baseada na versão em PDF do documento.
650 _0	a Literatura infantojuvenil inglesa.
650 _0	a Magia v Ficção.

Fonte: Elaboração própria

- Obra

A obra *Harry Potter and the Philosopher's Stone*, de J.K. Rowling, no RDA, representa o conteúdo intelectual original, distinguindo-se de suas versões, como traduções ou edições. O AACR2, por outro lado, tratava todas as versões de forma uniforme. O campo 240 |a *Harry Potter and the Philosopher's Stone* agrupa diferentes expressões e manifestações sob um título uniforme, facilitando a recuperação.

- Expressão

A expressão é a tradução para o português, *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, realizada por Lia Wyler. O RDA permite que essa versão específica da obra, em um idioma diferente, seja catalogada como uma expressão distinta, deixando claro que se trata de uma tradução. No AACR2, a tradução seria catalogada, mas sem a mesma estrutura detalhada que separa obra e expressão.

- Manifestação

A manifestação é a versão digital em formato PDF, publicada por Pottermore Limited em 2015. O RDA oferece uma estrutura para descrever com precisão os atributos técnicos e físicos de uma manifestação, como o formato do arquivo digital e requisitos de software. No AACR2, a catalogação de recursos digitais não era tão desenvolvida, uma vez que o sistema foi originalmente projetado para materiais físicos, o que limitava a descrição precisa de formatos eletrônicos.

- Item

Embora a ficha não mencione diretamente um item específico, ela sugere a existência de uma cópia específica consultada ao indicar a descrição baseada na versão em PDF. No RDA, a entidade "item" permite vincular uma manifestação a um exemplar específico, o que facilita a gestão e identificação de recursos no acervo. No AACR2, essa conexão era menos definida.

- Agente

J.K. Rowling é identificada como a autora no campo 100 1, e Lia Wyler é reconhecida como a tradutora no campo 245 10. No RDA, os papéis de todos os agentes envolvidos são especificados por meio de designadores de relacionamento, algo que proporciona uma clareza ausente no AACR2, onde essa identificação era menos estruturada.

- Agente coletivo

Pottermore Limited é identificada como a editora, responsável pela publicação da manifestação digital. No RDA, o papel das entidades coletivas é descrito de forma mais precisa, algo que no AACR2 era mais simplificado e menos adaptado para lidar com publicações digitais.

- Entidade RDA

Os conceitos de "Literatura infantojuvenil inglesa" e "Magia - Ficção" são mencionados como descritores de assunto. No RDA, a estrutura para relacionar obras a conceitos permite uma organização mais clara dos assuntos, enquanto no AACR2 os sistemas de classificação e assunto eram limitados por uma abordagem mais linear.

- Relação: Obra - Expressão

No RDA, a obra original *Harry Potter and the Philosopher's Stone* está relacionada à sua expressão traduzida para o português, Harry Potter e a Pedra Filosofal. Essa distinção permite que diferentes versões, como traduções e adaptações, sejam descritas com precisão. No AACR2, essas relações não eram tão detalhadas, o que podia causar ambiguidade na catalogação de traduções.

- Expressão - Manifestação

A expressão traduzida é realizada na manifestação digital, em formato PDF. O RDA facilita a descrição de como uma expressão é distribuída e acessada em diferentes formatos, enquanto o AACR2 carecia de campos específicos para descrever recursos digitais de maneira tão detalhada.

- Manifestação - Item

Embora não explicitado na ficha, a descrição sugere um item específico (o PDF consultado). O RDA permite uma conexão clara entre manifestações e itens específicos no acervo, facilitando a localização e o controle de exemplares individuais. No AACR2, a abordagem era mais genérica, sem uma estrutura clara para relacionar itens a suas manifestações.

- Agente - Obra e Expressão

J.K. Rowling é identificada como autora da obra, e Lia Wyler como tradutora da expressão para o português. No RDA, esses papéis são destacados por meio de designadores de relacionamento, o que proporciona uma clareza e precisão que não eram tão presentes no AACR2, que usava termos mais gerais.

- Agente - Manifestação

Pottermore Limited é o agente responsável pela publicação da manifestação digital. O RDA oferece uma estrutura clara para identificar o papel de entidades coletivas, algo que no AACR2 não era tão detalhado, especialmente em relação a formatos digitais.

NOVO TESTAMENTO - BÍBLIA

Tabela 4 - Novo Testamento - Bíblia

Campo	Descrição
020__	9789723018714
040__	a BR-CGCCS b por e rda
041 1_	a por h eng http://id.loc.gov/vocabulary/iso639-1/pt
245 10	a Novo Testamento : b Nova Versão Internacional.
264 _1	a [Salt Lake City, Utah] : b A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, c [data não especificada]. http://sws.geonames.org/5780993/
336__	a texto b txt 2 rdacontent http://rdaregistry.info/termList/RDAContentType/1020
337__	a computador b n 2 rdamedia http://rdaregistry.info/termList/RDAMediaType/1007
338__	a recurso online b cr 2 rdacarrier http://rdaregistry.info/termList/RDACarrierType/1007
347__	a texto PDF b sem requerimentos de software adicionais 2 rdacaracterísticas de arquivo
588__	a Descrição baseada na versão em PDF do documento, sem data de publicação identificada.
650 _0	a Bíblia. p Novo Testamento x Versões em português.

Fonte: Elaboração própria

- Obra

A obra neste registro é o Novo Testamento. No contexto do RDA, a obra refere-se ao conteúdo intelectual ou religioso original das escrituras do Novo Testamento.

- Expressão

A expressão é a tradução para o português conhecida como Nova Versão Internacional (NVI). No RDA, essa tradução é tratada como uma expressão distinta, separada da obra original escrita em grego ou hebraico, permitindo uma catalogação precisa.

- Manifestação

A manifestação é a versão digital em formato PDF publicada pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, com local indicado como Salt Lake City, Utah, sem data

especificada. O RDA oferece campos específicos para descrever o formato digital e os requisitos técnicos da manifestação.

- Item

Embora o item específico não seja explicitado diretamente na ficha, a descrição baseada na versão em PDF sugere a existência de um item consultado para a catalogação.

- Agente

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias é identificada como o agente responsável pela publicação da manifestação digital. O RDA permite uma descrição clara do papel de agentes corporativos.

- Entidade RDA

O conceito de "Bíblia - Novo Testamento - Versões em português" é utilizado como descritor de assunto, indicando o tema central do recurso.

- Obra - Expressão

A obra Novo Testamento está relacionada à sua expressão traduzida para o português, a Nova Versão Internacional. Essa distinção permite que diferentes traduções e versões sejam descritas separadamente, algo que o RDA facilita em comparação ao AACR2.

- Expressão - Manifestação

A expressão traduzida (NVI) é representada na manifestação digital em formato PDF. O RDA permite descrever como a expressão é materializada em um formato específico, incluindo atributos técnicos como o tipo de arquivo digital.

- Manifestação - Item

A ficha sugere que a catalogação foi baseada em um item específico (versão em PDF) consultado. No RDA, essa relação entre manifestação e item é importante para identificar exemplares específicos utilizados na descrição.

- Agente - Manifestação

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias é o agente responsável pela publicação da manifestação digital. No RDA, é possível descrever claramente o papel de

agentes corporativos, proporcionando maior transparência sobre a produção e distribuição do recurso.

- Obra - Conceito (Assunto)

A obra está relacionada ao conceito de "Bíblia - Novo Testamento - Versões em português". O uso de descritores de assunto permite uma melhor organização e recuperação de recursos relacionados a temas específicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Tabela 5 - Constituição da República Federativa do Brasil

Campo	Descrição
020 __	9788540210363
040 __	a BR-CGCCS b por e rda
110 1 _	a Brasil. e autor corporativo. https://isni.org/isni/0000000121766679 http://viaf.org/viaf/142985214
240 10	a Constituição (1988).
245 10	a Constituição da República Federativa do Brasil : b atualizada até a Emenda Constitucional nº 91, de 2016.
264 _1	a Brasília : b Senado Federal, c 2016. https://www.geonames.org/3469058/brasil.html
336 __	a texto b txt 2 rdacontent http://rdaregistry.info/termList/RDAContentType/1020
337 __	a computador b n 2 rdamedia http://rdaregistry.info/termList/RDAMediaType/1007
338 __	a recurso online b cr 2 rdacarrier http://rdaregistry.info/termList/RDACarrierType/1007
347 __	a texto PDF b sem requerimentos de software adicionais 2 rda características de arquivo
588 __	a Descrição baseada na versão em PDF do documento.
650 _0	a Direito constitucional z Brasil.
651 _0	a Brasil x Constituição.

Fonte: Elaboração própria

- Obra

A obra neste registro é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Trata-se do texto constitucional original, representando o conjunto de leis fundamentais que regem o país.

- Expressão

A expressão é a versão atualizada da Constituição até a Emenda Constitucional nº 91, de 2016, em português. No RDA, essa atualização é considerada uma expressão distinta da obra original, que permite diferenciar versões revisadas ou emendadas.

- Manifestação

A manifestação é a versão digital em formato PDF publicada pelo Senado Federal em 2016. Inclui detalhes como o formato do arquivo digital, especificado como recurso online, com requisitos técnicos mínimos. O RDA permite descrições precisas dessas características de manifestação digital.

- Item

Embora o item específico não seja mencionado diretamente, a descrição sugere que houve um item consultado (versão em PDF da Constituição) para a criação do registro bibliográfico. No RDA, um item é uma cópia específica de uma manifestação.

- Agente

Brasil é identificado como o autor corporativo responsável pela criação da obra. O Senado Federal é o agente responsável pela publicação da manifestação digital.

- Agente coletivo

Brasil e Senado Federal são entidades coletivas, com o Brasil atuando como autor corporativo e o Senado como responsável pela publicação e distribuição.

- Entidade RDA

Os conceitos de "Direito constitucional" e "Brasil - Constituição" são descritores de assunto que ajudam a classificar o conteúdo da obra, destacando seu tema jurídico e a legislação do país.

- Obra - Expressão

A obra original da Constituição de 1988 está relacionada à sua expressão atualizada, que incorpora emendas até 2016. No RDA, essa distinção é importante para diferenciar edições ou versões revisadas, algo que facilita o entendimento de quais alterações foram feitas desde a obra original.

- Expressão - Manifestação

A expressão utilizada é apresentada na manifestação digital em formato PDF, publicada em 2016 pelo Senado Federal. O RDA permite descrever como a expressão é materializada e acessada em um formato específico, incluindo características técnicas do arquivo digital.

- Manifestação - Item

Embora a ficha não mencione diretamente, há um item específico (o PDF consultado) que foi utilizado como base para a descrição bibliográfica. Essa relação implícita entre manifestação e item é importante no controle de acervo no RDA.

- Agente - Obra

Brasil é o agente responsável pela criação da obra original. No RDA, o uso de designadores como "autor corporativo" permite identificar com precisão o papel da coletividade na criação do texto constitucional.

- Agente - Manifestação

Senado Federal é o agente responsável pela publicação da manifestação digital. O RDA descreve claramente o papel de entidades coletivas que publicam e distribuem recursos, enquanto no AACR2 essa estrutura era menos detalhada.

- Obra - Entidade RDA

A obra está associada a conceitos como "Direito constitucional" e "Brasil - Constituição", que são descritores de assunto.

Museus no Brasil : trajetórias, acervos e práticas educativas

```

000 01810cam a22004215i 4500
001 23301297
005 20241009094958.0
006 m o d
007 cr |||||
008 230830s2023 bl a ob 000 0 por
906 — |a 0 |b ibc |c origode |d 2 |e ncip |f 20 |g y-gencattlg
925 0_ |a undeter |b e-book |x policy default
955 — |b wr20 2023-08-30 |c wr27 2023-09-06 |d wr27 2023-09-06 |e wr27 2023-09-06
010 — |a 2023327441
020 — |a 9786554171328
040 — |a DLC |b eng |e rda |e pn |c DLC
042 — |a lcode
043 — |a s-bl--
050 00 |a AM34.B7
245 00 |a Museus no Brasil : |b trajetórias, acervos e práticas educativas / |c Joaquim dos Santos, Djalma Luiz do Nascimento Dantas, organização.
264 _1 |a [Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil?] : |b Arco Editores, |c [2023]
300 — |a 1 online resource (101 pages) : |b illustrations (some color)
336 — |a text |b txt |2 rdacontent
337 — |a computer |b c |2 rdamedia
338 — |a online resource |b cr |2 rdacarrier
504 — |a Includes bibliographical references.
540 — |a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International |f CC BY-NC-SA 4.0 |u https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/legalcode
588 — |a Description based on online resource; title from PDF title page
650 _0 |a Museums |z Brazil.
650 _0 |a Museums |x Educational aspects |z Brazil.
650 _0 |a History |x Study and teaching |z Brazil.
700 1_ |a Santos, Cícero Joaquim dos, |d 1984- |e editor.
700 1_ |a Dantas, Djalma Luiz do Nascimento, |e editor.
856 40 |d gdcebookspublic |f 2023327441 |u https://hdl.loc.gov/loc.gdc/gdcebookspublic.2023327441
985 — |a LC online resource |d 2023-08-30 |e Routine Overseas Operations PDF Acquisitions
985 — |e ODE-rj
985 — |a gdc/scd
985 — |a gdc/doab

```

Fonte: LOC (2024)

- Obra

A obra neste registro é *Museus no Brasil: trajetórias, acervos e práticas educativas*. Refere-se ao conteúdo intelectual criado e organizado para explorar temas relacionados a museus no Brasil.

- Expressão

A expressão é a realização do conteúdo da obra em português, organizada e editada por Joaquim dos Santos e Djalma Luiz do Nascimento Dantas. O RDA trata cada expressão como uma versão específica de uma obra, diferenciando traduções, adaptações e outras variações.

- Manifestação

A manifestação é a versão digital da obra, disponibilizada como um recurso online pela Arco Editores em 2023. Descrições detalhadas são oferecidas sobre o formato digital (PDF), incluindo o fato de ser um recurso com páginas ilustradas, algumas coloridas.

- Item

Embora a ficha não descreva diretamente um item, a existência de um link direto para o recurso online (campo 856) sugere que há um item digital específico acessível. No RDA, itens são cópias específicas de uma manifestação.

- Agente

Joaquim dos Santos e Djalma Luiz do Nascimento Dantas são listados como editores, atuando como agentes responsáveis pela organização e compilação do conteúdo da obra. Arco Editores é o agente responsável pela publicação da manifestação.

- Agente coletivo

Arco Editores é uma coletividade que atua como a editora da manifestação digital. O RDA permite especificar o papel de coletividades na criação e distribuição de recursos, algo que auxilia na clareza dos registros.

- Entidade RDA

Conceitos como "Museus - Brasil", "Museus - Aspectos Educacionais - Brasil", e "História - Estudo e Ensino - Brasil" são descritores de assunto, representando temas abordados pela obra.

- Obra - Expressão

A obra *Museus no Brasil* está representada em uma expressão específica editada por Joaquim dos Santos e Djalma Luiz do Nascimento Dantas. O RDA permite que a obra seja

claramente relacionada a suas diferentes expressões, incluindo variações em diferentes idiomas ou versões revisadas.

- Expressão - Manifestação

A expressão em português é publicada na manifestação digital acessível online. No RDA, essa ligação é clara e descreve como a expressão é apresentada e acessada, incluindo detalhes sobre o formato digital e requisitos técnicos.

- Manifestação - Item

O item digital específico é acessado por meio do link indicado no campo 856. A ficha sugere um item acessível online, e no RDA, essa relação entre manifestação e item é importante para controle de acesso e gestão de acervo.

- Agente - Obra e Expressão

Joaquim dos Santos e Djalma Luiz do Nascimento Dantas são os agentes responsáveis pela organização e edição da expressão da obra. O RDA usa designadores de relacionamento como "editor" para indicar claramente o papel de cada agente, enquanto no AACR2 essa definição era mais vaga.

- Agente - Manifestação

Arco Editores é o agente responsável pela manifestação digital da obra. O RDA permite descrever a função de coletividades que publicam e distribuem recursos, algo que no AACR2 não era detalhado, especialmente para publicações digitais.

- Obra - Entidade RDA

A obra está associada a conceitos como "Museus - Brasil" e "Aspectos educacionais", que ajudam a definir e classificar o conteúdo temático abordado.

Expressions of radicalization : global politics, processes and practices

```

000      01480cam a2200385 i 4500
001      21049206
005      20240820132954.0
006      m o d
007      cr |||||
008      190701t20182018sz b ob 001 0 eng
906      _   |a 7 |b cbc |c orignew |d 2 |e ncip |f 20 |g y-gencatlg
925      0_   |a acquire |x policy default
955      _   |i rm14 2019-06-05 |u rm14 2024-08-20 (updated AAP)
010      _   |a 2019300768
020      _   |a 9783319655666 |q (eBook)
020      _   |z 9783319655659 |q (print)
040      _   |a DLC |b eng |e rda |c DLC |d DLC
042      _   |a pcc
050      00   |a HN49.R33
245      00   |a Expressions of radicalization : |b global politics, processes and practices / |c editors, Kristian Steiner and
                Andreas Önnerrfors.
264      _1   |a Cham, Switzerland : |b Palgrave Macmillan, |c [2018]
264      _4   |c ©2018
300      _   |a 1 online resource : |b maps.
336      _   |a text |b txt |2 rdacontent
337      _   |a computer |b c |2 rdamedia
338      _   |a online resource |b cr |2 rdacarrier
347      _   |a text file |2 rdaft
588      _   |a Description based on ePub.
650      _0   |a Radicalization |x Psychological aspects.
650      _0   |a Political violence.
700      1_   |a Steiner, Kristian, |e editor.
700      1_   |a Önnerrfors, Andreas Jahrehorn, |e editor.
776      08   |i Print version: |t Expressions of radicalization. |d Cham, Switzerland : Palgrave Macmillan,
                [2018] |z 9783319655659 |w (DLC) 2017961088
856      40   |u https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-65566-6
985      _   |a LC Online Resource |d 2019-08-08 |e edeposit

```

Fonte: LOC (2024).

- Obra

A obra neste registro é *Museus no Brasil: trajetórias, acervos e práticas educativas*. Refere-se ao conteúdo intelectual criado e organizado para explorar temas relacionados a museus no Brasil.

- Expressão

A expressão é a realização do conteúdo da obra em português, organizada e editada por Joaquim dos Santos e Djalma Luiz do Nascimento Dantas. O RDA trata cada expressão como uma versão específica de uma obra, diferenciando traduções, adaptações e outras variações.

- Manifestação

A manifestação é a versão digital da obra, disponibilizada como um recurso online pela Arco Editores em 2023. Descrições detalhadas são oferecidas sobre o formato digital (PDF), incluindo o fato de ser um recurso com páginas ilustradas, algumas coloridas.

- Item

Embora a ficha não descreva diretamente um item, a existência de um link direto para o recurso online (campo 856) sugere que há um item digital específico acessível. No RDA, itens são cópias específicas de uma manifestação.

- Agente

Joaquim dos Santos e Djalma Luiz do Nascimento Dantas são listados como editores, atuando como agentes responsáveis pela organização e compilação do conteúdo da obra. Arco Editores é o agente responsável pela publicação da manifestação.

- Agente coletivo

Arco Editores é uma coletividade que atua como a editora da manifestação digital. O RDA permite especificar o papel de coletividades na criação e distribuição de recursos, algo que auxilia na clareza dos registros.

- Entidade RDA

Conceitos como "Museus - Brasil", "Museus - Aspectos Educacionais - Brasil", e "História - Estudo e Ensino - Brasil" são descritores de assunto, representando temas abordados pela obra.

- Obra - Expressão

A obra *Expressions of Radicalization* está relacionada à sua expressão específica em inglês, organizada pelos editores Kristian Steiner e Andreas Önnersfors. O RDA distingue entre

a obra original e suas diferentes expressões, permitindo a catalogação de diferentes versões ou edições de uma obra.

- Expressão - Manifestação

A expressão organizada em inglês é materializada na manifestação digital publicada pela *Palgrave Macmillan*. Essa relação é clara no RDA, que descreve como a expressão é apresentada em um formato específico, incluindo detalhes sobre o tipo de arquivo e características técnicas.

- Manifestação - Item

O item digital específico pode ser acessado através do link no campo 856, que direciona diretamente para livro digital disponível online. No RDA, a relação entre manifestação e item facilita a gestão e o acesso ao recurso.

- Agente - Expressão

Kristian Steiner e Andreas Önnarfors são os agentes responsáveis pela edição da expressão da obra. O RDA utiliza designadores de relacionamento, como "editor", para indicar claramente o papel dos agentes, enquanto o AACR2 não tinha essa definição estruturada.

- Agente - Manifestação

Palgrave Macmillan é o agente responsável pela manifestação digital. No RDA, é possível descrever claramente o papel de entidades coletivas responsáveis por publicar e distribuir recursos, algo que no AACR2 era menos desenvolvido, especialmente para formatos digitais.

- Obra - Entidade RDA

A obra está associada aos conceitos de "Radicalização - Aspectos Psicológicos" e "Violência Política", ajudando a definir e categorizar os temas centrais abordados no conteúdo. Essa conexão entre obra e conceitos melhora a recuperação de informações no acervo.

- Obra - Manifestação Alternativa

A ficha também inclui uma referência a uma manifestação alternativa da obra, uma versão impressa descrita no campo 776, permitindo que usuários identifiquem e acessem tanto a versão digital quanto a impressa. O RDA facilita a descrição de múltiplas manifestações de uma mesma expressão ou obra, ao contrário do AACR2, que tinha limitações nesse aspecto.

Why Minsky matters : an introduction to the work of a maverick economist

001 21101327
005 20190808101722.0
006 m o d
007 cr |||||
008 190725t20162016nju b 001 0 eng
906 — |a 7 |b cbc |c origres |d 2 |e ncip |f 20 |g y-gencatlg
925 0_ |a acquire |x policy default
955 — |b rm14 2019-07-25 z-processor |i rm14 2019-07-25
985 — |a LC Online Resource |d 2019-08-08 |e edeposit
010 — |a 2019300746
020 — |a 9781400873494 |q (eBook)
020 — |z 9780691159126 |q (print)
020 — |z 0691159122 |q (print)
040 — |a DLC |b eng |e rda |c DLC
042 — |a pcc
050 00 |a HB119.M48
100 1_ |a Wray, L. Randall, |d 1953- |e author.
245 10 |a Why Minsky matters : |b an introduction to the work of a maverick economist / |c L. Randall Wray.
264 _1 |a Princeton : |b Princeton University Press, |c [2016]
264 _4 |c ©2016
300 — |a 1 online resource
336 — |a text |b txt |2 rdacontent
337 — |a computer |b c |2 rdamedia
338 — |a online resource |b cr |2 rdacarrier
347 — |a text file |2 rdaft
504 — |a Includes bibliographical references and index.
520 — |a "Why Minsky Matters makes the maverick economist's critically valuable insights accessible to general readers for the first time. L. Randall Wray shows that by understanding Minsky we will not only see the next crisis coming but we might be able to act quickly enough to prevent it. As Wray explains, Minsky's most important idea is that 'stability is destabilizing': to the degree that the economy achieves what looks to be robust and stable growth, it is setting up the conditions in which a crash becomes ever more likely. Before the financial crisis, mainstream economists pointed to much evidence that the economy was more stable, but their predictions were completely wrong because they disregarded Minsky's insight. Wray also introduces Minsky's significant work on money and banking, poverty and unemployment, and the evolution of capitalism, as well as his proposals for reforming the financial system and promoting economic stability. A much-needed introduction to an economist whose ideas are more relevant than ever, Why Minsky Matters is essential reading for anyone who wants to understand why economic crises are becoming more frequent and severe—and what we can do about it"—Publisher's description.
588 — |a Description based on ePub and print version record.
600 10 |a Minsky, Hyman P.
650 _0 |a Economics.
650 _0 |a Financial crises.
650 _0 |a Global Financial Crisis, 2008-2009.
776 08 |i Print version: |a Wray, L. Randall, 1953- |t Why Minsky matters. |d Princeton, New Jersey : Princeton University Press, [2016] |z 9780691159126 |w (DLC) 2015945043
856 40 |u <https://www.degruyter.com/view/product/465907>

Fonte: LOC (2024).

- Obra

A obra é *Why Minsky Matters: An Introduction to the Work of a Maverick Economist*. Trata-se de um estudo e introdução ao pensamento do economista Hyman Minsky, escrito por L. Randall Wray.

- Expressão

A expressão é a realização do conteúdo da obra em inglês, na versão original escrita pelo autor. O RDA trata essa expressão como uma versão específica da obra, permitindo que traduções, adaptações e outras variações sejam descritas distintamente.

- Manifestação

A manifestação descrita é a versão digital do recurso, disponibilizada como um arquivo de texto pela Princeton University Press em 2016. O RDA permite a descrição detalhada de características técnicas do arquivo digital, incluindo o formato eletrônico e as informações de acesso.

- Item

O campo 856 sugere que existe um item digital específico acessível online, que é a cópia da manifestação digital descrita na ficha. O RDA permite que essa relação entre manifestação e item seja indicada para facilitar o controle de acervo e o acesso ao recurso.

- Agente

L. Randall Wray é identificado como o autor, responsável pela criação da obra. A Princeton University Press é o agente responsável pela publicação da manifestação digital e impressa.

- Agente coletivo

Princeton University Press atua como a coletividade que publica e distribui a versão digital e impressa do recurso. O RDA permite que o papel de coletividades seja descrito de forma precisa, indicando responsabilidades na produção e distribuição.

- Entidade RDA

Conceitos como "Economia", "Crises Financeiras", e "Crise Financeira Global de 2008-2009" são usados como descritores de assunto, identificando temas centrais abordados na obra.

- Pessoa

Hyman P. Minsky é mencionado no campo 600 como uma pessoa que é o foco da obra, vinculando o conteúdo ao estudo de suas teorias econômicas.

- Obra - Expressão

A obra *Why Minsky Matters* está relacionada à expressão original em inglês, escrita por L. Randall Wray. No RDA, essa estrutura permite descrever a expressão específica, diferenciando-a de outras possíveis traduções ou edições adaptadas.

- Expressão - Manifestação

A expressão é materializada na manifestação digital publicada pela Princeton University Press. O RDA possibilita que as características da manifestação, como formato digital e detalhes técnicos, sejam descritas claramente, algo que não era tão bem definido no AACR2.

- Manifestação - Item

A ficha indica a existência de um item digital específico acessível através do link no campo 856, que leva ao livro digital. Essa relação entre manifestação e item é importante no RDA para facilitar o acesso direto ao recurso e a gestão do acervo.

- Agente - Obra

L. Randall Wray é o agente responsável pela criação da obra, atuando como autor. No RDA, essa relação é claramente descrita com o designador "autor", enquanto no AACR2 essa definição era mais simplificada.

- Agente - Manifestação

Princeton University Press é o agente responsável pela manifestação digital e também pela versão impressa. O RDA facilita a descrição das responsabilidades das coletividades que publicam e distribuem os recursos.

- Obra - Conceito (Assunto)

A obra está relacionada a conceitos como "Economia", "Crises Financeiras", e "Crise Financeira Global de 2008-2009". No RDA, essas relações ajudam a descrever o conteúdo temático da obra e melhorar a categorização e recuperação da informação.

- Obra - Pessoa

Hyman P. Minsky é uma pessoa que serve como o foco central da obra, e a ficha usa o campo 600 para conectar diretamente o conteúdo ao estudo das teorias econômicas de Minsky. No RDA, essas conexões são essenciais para contextualizar a obra e relacioná-la a figuras importantes.

- Obra - Manifestação Alternativa

O campo 776 descreve uma manifestação alternativa, referindo-se à versão impressa da obra. Isso permite que as bibliotecas indiquem a disponibilidade de múltiplas versões do mesmo trabalho, algo que o RDA descreve com mais clareza e flexibilidade do que o AACR2.

4.2 RESULTADOS

O RDA apresenta-se como um sistema mais adequado e adaptado para a catalogação de livros digitais em comparação ao AACR2. Ao analisar os exemplos de registros bibliográficos fornecidos, como *Museus no Brasil* e *Expressions of Radicalization*, nota-se que o RDA oferece uma estrutura detalhada e flexível por meio da distinção das entidades WEMI (Obra, Expressão, Manifestação e Item). Essa separação é fundamental para garantir a precisão na descrição de diferentes versões de uma obra, como edições impressas e livros digitais. No AACR2, essa diferenciação não era suficientemente clara, o que limitava a capacidade de catalogar adequadamente recursos digitais e suas diversas manifestações.

Uma característica essencial do RDA, evidente nos exemplos analisados, é o uso de designadores de relacionamento para identificar de forma precisa o papel de cada agente envolvido no processo de criação e publicação. No caso de *The Young Man*, por exemplo, o autor e o tradutor são claramente indicados com seus respectivos papéis, algo que contribui para a clareza da descrição bibliográfica. Para obras digitais, como *Museus no Brasil*, essa atribuição precisa de funções é crucial, especialmente em trabalhos coletivos que envolvem múltiplos agentes, como editores e organizadores. Além disso, o RDA incorpora campos específicos, como o 347, que permite descrever o formato digital e os requisitos técnicos do recurso, algo que não era abordado no AACR2, demonstrando a capacidade superior do RDA para lidar com a catalogação de recursos eletrônicos.

Outro ponto que reforça a adequação do RDA aos recursos digitais é a sua capacidade de registrar informações relacionadas à acessibilidade online, como demonstrado no campo 856 de *Expressions of Radicalization*, que fornece o link direto para o livro digital. Além disso, o

RDA incentiva a transparência ao documentar a fonte de informação utilizada no processo de catalogação, como observado no campo 588, que especifica a base descritiva como a versão digital consultada. Esses recursos tornam o RDA mais eficaz na gestão de acervos digitais, proporcionando descrições bibliográficas mais detalhadas, acessíveis e precisas, enquanto o AACR2, por ter sido desenvolvido com foco em materiais físicos, apresenta limitações significativas para atender às demandas contemporâneas das bibliotecas digitais.

Um problema encontrado é que o RDA e o MARC21 não são totalmente compatíveis e esse é um ponto já visto e discutido na biblioteconomia contemporânea. De acordo com Chris Oliver, o MARC21 foi desenvolvido décadas atrás, em um contexto de dados físicos e impressos, com uma estrutura rígida e fixa. O RDA, por outro lado, foi projetado para ser muito mais flexível, visando descrever recursos de maneira granular e adaptável ao ambiente digital. Essa estrutura moderna do RDA não pode ser plenamente representada pelo MARC21, que carece de flexibilidade para lidar com a diversidade de dados e entidades descritos pelo RDA (OLIVER, 2021).

Além disso, Faria, Lourenço e Pereira (2024) destacam que o MARC21 não consegue capturar de maneira eficiente as complexas relações entre entidades descritas pelo RDA, especialmente no contexto da web semântica e dos dados ligados. O RDA baseia-se no modelo IFLA LRM, que distingue claramente entre obras, expressões, manifestações e itens, e ainda exige uma descrição mais detalhada das relações entre esses elementos. O MARC21, porém, foi construído em um sistema linear de registros bibliográficos, dificultando a representação dessas relações interconectadas (FARIA et al., 2024).

Finalmente, a evolução em direção ao Linked Data representa um desafio adicional para o MARC21. Segundo Faria et al. (2024), a transição para padrões como o BIBFRAME é vista como uma solução para superar as limitações do MARC21 no suporte ao RDA. A necessidade de interoperabilidade com sistemas modernos de dados, que permitem a conexão entre diferentes conjuntos de informações bibliográficas, é essencial para a plena implementação do RDA. O MARC21, em sua forma atual, não possui a estrutura necessária para esse tipo de integração, limitando a capacidade das bibliotecas de usar o RDA de forma eficaz no ambiente digital (FARIA et al., 2024).

Em formatos digitais que não possuem paginação fixa, como o ePub ou sites que oferecem o livro diretamente, o catalogador não precisa se preocupar em registrar o número de páginas, já que o conteúdo é fluido e ajustável ao dispositivo de leitura. No entanto, em casos

de formatos com paginação estática, como o PDF, onde a numeração das páginas é preservada independentemente do dispositivo, é recomendado que o catalogador insira essas informações no campo 500 do registro bibliográfico. Isso garante que os usuários possam identificar e referenciar trechos específicos da obra com precisão, assegurando a consistência e clareza na catalogação.

A catalogação de livros digitais sob a perspectiva do RDA representa um marco na adaptação das práticas biblioteconômicas às exigências do ambiente digital. Ao enfatizar as relações entre as entidades WEMI (Obra, Expressão, Manifestação e Item), o RDA se destaca como um padrão flexível, projetado para promover a interoperabilidade e a descoberta de recursos em uma rede global. De acordo com Faria, Lourenço e Pereira, a integração do RDA com o BIBFRAME é uma evolução natural para alcançar a convergência entre as práticas tradicionais de catalogação e os princípios da web semântica, permitindo que os registros bibliográficos se transformem em dados vinculados e dinamicamente conectados a vocabulários controlados e identificadores persistentes. Essa abordagem não apenas moderniza os processos catalográficos, mas também amplia a capacidade das bibliotecas de atuar como agentes ativos em um ecossistema digital global.

Chris Oliver, por sua vez, destaca a flexibilidade do RDA e sua capacidade de adaptação às demandas de um ambiente tecnológico em constante evolução. Em suas discussões, Oliver reforça que o RDA foi concebido para funcionar em um contexto de dados vinculados e interoperabilidade, sendo essencial para a descrição de recursos digitais e tradicionais. Ela argumenta que o RDA oferece uma base sólida para atender às expectativas de usuários contemporâneos, permitindo descrições mais detalhadas e conectadas. Combinando as perspectivas de Oliver sobre a adaptabilidade do RDA e os argumentos de Faria, Lourenço e Pereira sobre sua integração com BIBFRAME, pode-se vislumbrar um futuro em que a catalogação transcende descrições estáticas e se transforma em uma rede de dados interconectados, promovendo acessibilidade, inovação e preservação do conhecimento em escala global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar a catalogação de livros digitais utilizando os padrões RDA e MARC 21, conforme apresentado na seção 1.2. O trabalho buscou explorar como esses padrões podem ser alinhados para melhor descrever e organizar materiais digitais, considerando as especificidades dos diferentes formatos de livros digitais, como por exemplo PDF e ePub. A pesquisa discutiu a complexidade de catalogar esses materiais e identificou os principais campos do MARC 21 que devem ser utilizados para registrar informações como formato de arquivo e requisitos técnicos, além de destacar a flexibilidade do RDA, essencial para a descrição de materiais digitais.

O objetivo geral deste estudo foi explorar como o MARC 21 e o RDA podem se alinhar para melhor catalogar livros digitais, analisando os campos e como preenchê-los de acordo com as instruções do RDA oficial. Esse objetivo foi alcançado por meio da análise dos campos MARC 21 mais adequados para descrever livros digitais, apresentada na seção 4. A pesquisa resultou na criação de um guia prático que relaciona os campos essenciais do MARC 21 com as diretrizes do RDA, facilitando a descrição padronizada desses materiais. Esse guia contribui diretamente para uma melhor recuperação e busca dos livros, promovendo maior interoperabilidade entre sistemas de bibliotecas e melhorando a eficiência na gestão de acervos digitais.

O primeiro objetivo específico foi explorar e escolher os melhores campos MARC 21 para a catalogação de livros digitais. Foram identificados e justificados os campos MARC 21 mais adequados para registrar informações específicas de livros digitais, como formato de arquivos e requisitos técnicos. Essa análise foi realizada na seção 4, onde foram destacados campos como 336 (Tipo de Conteúdo), 337 (Tipo de Mídia) e 338 (Tipo de Recurso), que se mostraram mais apropriados para a catalogação de materiais digitais. O segundo objetivo específico foi explorar e compreender o RDA oficial, a partir do estudo de sua estrutura, princípios e elementos fundamentais, foram atingidos a partir de um estudo do próprio RDA e de documentos disponibilizados pela LOC que trazem como se deve catalogar cada entidade. A análise mostrou que o RDA oferece uma abordagem flexível e orientada para a descrição detalhada, facilitando a organização e recuperação de informações. Essa discussão foi desenvolvida principalmente nas seções 2.1 e 4, onde foram detalhadas as entidades WEMI (Obra, Expressão, Manifestação e Item) e sua aplicação prática.

Algumas limitações foram identificadas ao longo do estudo. A principal delas foi a restrição no acesso completo ao RDA Toolkit, disponível apenas por um período limitado sem custos, o que restringiu o acesso constante da ferramenta, impactando o aprofundamento de algumas análises. Além disso, foram encontradas dificuldades no acesso a exemplos diversificados de livros digitais dinâmicos e interativos devido à necessidade de assinaturas pagas em plataformas comerciais. Esses obstáculos restringiram a ampliação de exemplos para análise e refletiram a necessidade de maior acessibilidade a conteúdos variados para enriquecer as práticas catalográficas.

Com base nos resultados obtidos, destacam-se as seguintes linhas de pesquisa para trabalhos futuros: investigar a aplicação do RDA oficial em outros tipos de objetos digitais, como recursos multimídia e interativos; explorar a integração do RDA com modelos modernos, como o BIBFRAME, visando superar as limitações do MARC 21. Essas iniciativas podem contribuir para superar as limitações atuais e promover uma transição mais completa para práticas de catalogação alinhadas ao ambiente digital.

O RDA, aliado ao MARC 21, representa uma solução moderna para a catalogação de livros digitais, mas suas limitações apontam para a necessidade de transições futuras para padrões mais flexíveis, como o BIBFRAME. As contribuições deste trabalho incluem um guia prático para catalogadores e reflexões sobre os desafios e oportunidades no contexto da catalogação digital.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **RDA Toolkit**. American Library Association, 2024. Disponível em: https://access.rdatoolkit.org/Content/Index?externalId=en-US_alac78583cf-4304-33f9-bf5b-fa882987b55c. Acesso em: 29 ago. 2024.

ARAKAKI, A. C. S.; ARAKAKI, F. A. **Resource description and access (RDA) official**: aspectos e perspectivas para a catalogação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023. Anais [...]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/258277>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. **Representação no domínio bibliográfico**: um olhar sobre os formatos MARC 21. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/32449>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BÍBLIA. Novo Testamento - Nova Versão Internacional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 set. 2024.

BSK Books Mania. **Harry Potter e a Pedra Filosofal (1)** - J. K. Rowling. Disponível em: <https://bskbooksmania.wixsite.com/booksmania/post/harry-potter-e-a-pedra-filosofal-1-j-k-rowling>. Acesso em: 03 set. 2024.

CAVALHEIRO, Karen Cristina Soares; ARAKAKI, Felipe Augusto. **Resource description and access (RDA)**: as diretrizes antes e depois do Projeto 3R. Em Questão, Porto Alegre, v. 29, e-129637, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.129637>. Acesso em: 08 out. 2024.

CHANG, Chienyuan; YANG, Hungjen. **A study of EPUB 3.0 authoring tools availability in vertical form function**. Scientific Research Publishing, 2013. Disponível em: https://www.scirp.org/html/5-9301703_36390.htm. Acesso em: 08 out. 2024.

COUTINHO, P.; PESTANA, O. **Ebooks**: evolução, características e novas problemáticas para o mercado editorial. Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas (Portugal), v. 3, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/62855>. Acesso em: 08 out. 2024.

DIAB, Sameh Hamid Elshafee. **Standard communication format MARC 21 for classification data**. Arab International Journal for Information Technology & Data, v. 2, n. 2, p. 171-208, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21608/aijtid.2022.118268.1007>. Acesso em: 08 out. 2024.

FARIA, C. V.; LOURENÇO, C. A.; PEREIRA, F. C. M. **Implementação da resource description and access (RDA)**: aspectos relevantes para a gestão de bibliotecas. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 22, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/299765>. Acesso em: 08 out. 2024.

FLAMINO, Adriana Nascimento. **MARCXML**: um padrão de descrição para recursos informacionais em Open Archives. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <http://eprints.rclis.org>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LIBRARY OF CONGRESS. **MARC 21 format for bibliographic data**: introduction. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/bibliographic/bdintro.html>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LIBRARY OF CONGRESS. **Resource description & access (RDA) metadata guidance documentation**. Library of Congress, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.loc.gov/aba/rda/mgd/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MEY, E. S. A.; et al. **Resource description and access (RDA)**: prós e contras. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1847>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MIRANDA, Daniel Rodrigues Silva; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. **RDA**: recomendações de implementação no Brasil. Biblios: Revista de Biblioteconomia e Documentação, n. 87, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/321201>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MODESTO, Fernando. **Conversa para catalogador dormir**: alguns caminhos do formato MARC. INFOhome, mar. 2009. Disponível em: <https://www.ofaj.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2024.

OLIVER, Chris. **Introducing RDA**: a guide to the basics after 3R. 2. ed. Chicago: ALA Editions, 2021.

SALGADO, Denise Mancera. **O controle de autoridade sob a norma RDA**: análise da aplicação e implicações na construção de registros de autoridade. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SEIKEL, Michele; STEELE, Tom. **How MARC has changed**: the history of the format and its forthcoming relationship to RDA. Technical Services Quarterly, v. 28, n. 3, p. 322-334, 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/How-MARC-Has-Changed%3A-The-History-of-the-Format-and-Seikel-Steele/53240af2616b8cfb44ed1ba952b8b3eda3d3dc42>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SERRA, Liliana Giusti; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. **Modelos de negócios, bibliotecas e livros digitais**. Informação & Sociedade: Estudos, v. 27, n. 3, p. 131-143, 2017. Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2017v27n3.31307>. Acesso em: 03 set. 2024.

SERRA, Liliana Giusti; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. **Proposta de modelo para gestão de livros digitais por meio da web semântica**. Transinformação, v. 34, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/217689>. Acesso em: 08 out. 2024.

SESC São Paulo. Palestra com Liliana Giusti Serra sobre livros digitais e bibliotecas [vídeo]. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=POjthS53ScI&ab_channel=SescSãoPaulo. Acesso em: 03 set. 2024.

SOUZA, W. E. R. **A revolução digital no mercado do livro e as novas práticas de leitura nos Estados Unidos, França e Brasil.** Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 15, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/211483>. Acesso em: 08 out. 2024.